

MÓDULO 37

Revolução Mexicana

1. INTRODUÇÃO

No México, o ano de 1823 marca o fim do governo de Augustín Iturbide e abre um longo período de instabilidade com as disputas caudilhescas. O general Antonio López de Sant'Anna sobressai, impondo-se a diversos governos.

Várias vezes presidente, Sant'Anna aliou-se aos conservadores, sustentando-se no poder pela força das armas. A Igreja Católica e os grandes latifundiários também estiveram ao lado dos conservadores, sendo favoráveis a um governo centralizado. O avanço dos liberais mexicanos ocorreu quando, durante o governo de Sant'Anna, o Texas e outros territórios foram perdidos para os Estados Unidos. Desgastados, os conservadores não conseguiram conter a insatisfação popular e, em 1855, em meio a uma revolta popular, Sant'Anna era derrubado. Assumiram os liberais liderados por Benito Juárez.

Em 1857, o México adotou uma nova Constituição, cujos termos desagradaram, e muito, aos conservadores, à Igreja Católica e ao exército, por ter extinguido os tribunais militares e eclesiásticos, o que retirava o poder desses grupos e fortalecia o Estado. Juárez, índio zapoteca, fora excomungado pela Igreja Católica, além de ter sofrido forte oposição dos conservadores. Em resposta lançou mão das Leis da Reforma, que promoviam a separação entre Estado e Igreja, suprimiam a cobrança de dízimos, implantavam a liberdade de culto e tornavam o ensino leigo. Essas reformas provocaram uma guerra civil, a Guerra da Reforma, que durou dez anos (1858–1868).

O governo de Juárez, em razão da crise gerada pelas disputas internas, havia suspenso o pagamento da dívida externa — os maiores credores eram França, Inglaterra e Espanha. Esse fato foi utilizado pelos con-

servadores, que, derrotados, pediram auxílio a essas nações para promover uma intervenção no México. Inglaterra e Espanha não cederam aos conservadores, porém a França de Napoleão III resolveu atender a tais apelos.

O governo francês, apoiado pelos conservadores e clérigos, impôs uma Monarquia no México, governada pelo arquiduque Fernando Maximiliano, da Áustria.

Liderados por Juárez, os liberais e patriotas travaram uma guerra de guerrilhas contra a dominação francesa. Contando com a colaboração dos Estados Unidos, em 1867 expulsaram os franceses e executaram Maximiliano por fuzilamento.

2. PORFIRIATO

Após a morte de Juárez, o país encontrava-se arrasado e novas lutas armadas pelo poder continuaram até que, em 1876, Porfirio Díaz deu um golpe, estabelecendo uma prolongada ditadura.

Pretendendo implantar um programa de governo que realizasse o desenvolvimento mexicano, baseado na ciência e na técnica, recorreu ao capital estrangeiro. As explorações petrolífera e mineradora foram entregues às companhias inglesas e norte-americanas; houve a manutenção dos latifúndios, que passaram a ser explorados, também, por estrangeiros; a comunidade indígena, o *ejido*, desapareceu, pois o governo passou a exigir o título de posse das terras (Lei dos Baldios, de 1893–1902). Como os índios não possuíam tais títulos, o governo confiscou as terras e as vendeu a latifundiários e a empresas estrangeiras. Apesar dos altos índices de crescimento do país, a maioria da população vivia em franco processo de empobrecimento, resultado da grande entrada de capitais estrangeiros, característica típica dos países dependentes.

A concentração de terras tornou-se um grave problema. No Sul essa situação resultava da monocultura da cana-de-açúcar, desde o Período Colonial; no Norte, em função da pecuária, mineração e, também, da agricultura. Os mais prejudicados com essa estrutura fundiária foram os índios, que passaram à situação de mendicância.

A política social do Porfiriato consistiu em uma repressão constante à população, inibindo e dividindo os grupos menos favorecidos pelo crescimento econômico do país. As tradições culturais indígenas foram substituídas pela influência estrangeira, que as desprezava.

Desse desenvolvimento nasceu uma classe média que exigia reformas democráticas e o direito de participação política. A elite mexicana também não estava satisfeita, pois grande parte da riqueza foi parar em mãos estrangeiras, e, além disso, o grande avanço econômico não foi acompanhado por uma modernização institucional, pois Porfirio Díaz era, de fato, um ditador. O Porfiriato era um modelo desgastado até mesmo para os Estados Unidos, que investiam no México. Díaz, ao buscar investimentos europeus para neutralizar a influência norte-americana, perdeu o apoio desse importante aliado, que passou a incentivar a oposição a Díaz.

3. O PROCESSO DA REVOLUÇÃO

Em 1910, Porfirio Díaz convocou eleições presidenciais, e a oposição lançou o nome de Francisco Madero para concorrer ao cargo.

Díaz mandou, então, que se prendesse Madero antes das eleições e que somente o soltasse após o término do pleito. Em liberdade, Madero refugiou-se no Texas, de onde passou a incentivar a revolução. Ao prometer a devolução das terras aos

camponeses e reformas eleitorais, ganhou a adesão dos camponeses do Sul — liderados por Emiliano Zapata — e do Norte, liderados por Francisco (Pancho) Villa.

Em maio de 1911, Porfirio Díaz renunciou e Madero assumiu provisoriamente a Presidência da República, que lhe foi confirmada em eleições no mesmo ano. As expectativas em torno do governo a ser realizado por Madero eram enormes, pois para que seu movimento se concretizasse, contou com um amplo apoio social, principalmente das camadas populares. Porém, à medida que o tempo ia passando, Madero mostrava-se extremamente moderado diante das reivindicações das camadas populares e, ao mesmo tempo, extremamente benevolente com os antigos adeptos do Porfiriato, que permaneceram em cargos governamentais.

Devido a essa posição dúbia e moderada, Madero passou a enfrentar a oposição das camadas populares que clamavam por reformas urgentes, como a reforma agrária proposta por Zapata. Como Zapata não conseguiu fazer-se ouvir e ter as reivindicações atendidas por Madero, rompeu o apoio que dava ao governo e lançou o Plano de Ayala, propondo reforma agrária imediata, confisco de 1/3 das terras que estavam nas mãos de grandes latifundiários para serem entregues aos camponeses, criação de um banco para dar crédito à agricultura e confisco de bens dos que se opusessem às reformas do Plano. A situação passou por um momento de radicalização das forças sociais e Francisco Madero não conseguiu ter habilidade política para, ao mesmo tempo, fazer reformas destinadas às camadas populares, preservar o latifúndio e garantir os interesses estrangeiros. Esse fato culminou com um golpe, desfechado pelo general Victoriano Huerta — apoiado pelos Estados Unidos e empresas estrangeiras — contra Francisco Madero, que foi executado em 1913.

Victoriano Huerta, apesar do apoio norte-americano, não era um nome de consenso para liderar o país. O governador do Estado de Cohauilla, Venustiano Carranza, não reconheceu o seu governo e passou a compor

uma frente anti-huertista, reunindo em torno de si figuras como Pancho Villa e Álvaro Obregón.

As relações de Huerta com os Estados Unidos passaram a ficar estremecidas a partir do momento em que o ditador passou a favorecer a entrada de capitais ingleses no país, que chegaram a superar os norte-americanos, pondo em risco os interesses destes últimos, principalmente no setor petrolífero. Daí para a retirada de apoio foi um passo, que logo se realizou com o presidente Wilson, dando apoio a Carranza e, ao mesmo tempo, intervindo no México, pretextando a morte de norte-americanos causada pelo processo revolucionário.

Victoriano Huerta fugiu e o poder foi, brevemente, dividido entre Zapata e Pancho Villa. No curto período em que Zapata administrou o Estado de Morellos, colocou em prática a reforma agrária e fixou limites para a propriedade. Realizou uma série de reformas sociais, criou escolas técnicas, indústrias de ferramentas e o povo exercia o poder por meio da democracia.

4. O RETROCESSO DA REVOLUÇÃO

Quando Carranza passou a ocupar a Presidência do país, seus seguidores lançaram-se contra o Estado de Morellos, em 1916. Nesse mesmo ano reuniu-se a Constituinte, que promulgou a Constituição em 1917. Um retrocesso era visível no processo revolucionário, marcando a vitória da elite sobre as camadas populares.

A Constituição separava o Estado e a Igreja; a propriedade privada era reconhecida; o *ejido* voltava a existir, porém sob a forma de cooperativa controlada pelo Estado; foi estabelecida a igualdade jurídica e religiosa; foram feitas concessões trabalhistas, como a jornada de trabalho de oito horas por dia, o reconhecimento do direito de greve e de associação dos trabalhadores.

Em 1919, vítima de uma emboscada, Zapata foi assassinado, tendo ocorrido o mesmo com Pancho Villa, em 1923. As pressões norte-americanas aumentaram e ameaçavam o país com possíveis intervenções militares.

A década de 1920 marcou no México um período de paralisação de lutas sociais. Mas, de certo modo, ocorreram momentos de avanço das conquistas sociais. Durante a presidência de Álvaro Obregón (1920-24), os sindicatos organizaram-se e as escolas leigas espalharam-se pelo país. Elias Calles (1924-28), durante sua presidência, aprovou a lei que limitava o tempo de exploração das jazidas de petróleo por empresas estrangeiras e criou o Partido Revolucionário Nacional (PRN). Em 1928, Obregón candidatou-se novamente à Presidência e foi eleito; porém, foi assassinado antes da posse. A crise de 1929 trouxe uma série de problemas e disputas internas no México, o que não foi um fato isolado do restante dos países capitalistas.

5. RETOMADA DAS CONQUISTAS POPULARES

Em 1934, foi eleito Lázaro Cárdenas para a Presidência da República. Nacionalizou e distribuiu milhões de hectares de terras aos camponeses, retomando o projeto de reforma agrária do *ejido*, sistema pelo qual a parcela de terra distribuída mantinha seu caráter comum ou coletivo.

Foi fundado o Banco de Crédito Nacional, para dar apoio financeiro aos camponeses. As greves operárias deixaram de ser reprimidas e várias leis, ampliando os direitos sociais, foram aprovadas.

Em meio aos efeitos da crise de 1929, Cárdenas iniciou uma série de obras públicas visando gerar empregos para a população. E, sem dúvida, a sua maior medida nacionalista foi a criação da Petróleo Mexicano – Pemex, que, a partir de 1938, assegurava o monopólio estatal sobre o petróleo.

As reformas empreendidas por Cárdenas não tiveram um caráter revolucionário. Na realidade, elas atrelaram o movimento popular ao Estado, neutralizando-o politicamente, ao mesmo tempo em que a burguesia mexicana se fortalecia, “cooperando” com os Estados Unidos e, com isso, esvaziando o conteúdo social da Revolução Mexicana.

6. CRONOLOGIA

1855 – Afastamento definitivo do general Sant’Anna do poder.

1857 – Nova Constituição Mexicana.

1876-1911 – Porfiriato.

1893-1902 – Execução da Lei dos Baldios.

1911 – Início da Revolução Mexicana.

– Plano de Ayala.

1913 – Morte de Madero.

1919 – Morte de Zapata.

1920-1924 – Governo de Álvaro Obregón.

1924-1928 – Elias Calles.

1929 – Fundação do Partido Revolucionário Institucional (PRI).

1934 – Eleição de Lázaro Cárdenas.

MÓDULO 38

República da Espada: Governo Provisório

1. INTRODUÇÃO

Dá-se o nome de **República da Espada** ao período republicano de 1889 a 1894, correspondente aos governos dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Caracterizou-se pelo fato de os militares exercerem o Poder Executivo, com apoio dos setores civis ligados às elites agrárias, principalmente dos cafeicultores do Oeste Paulista. Foi uma fase de consolidação do regime republicano e de preparação para a chamada **República das Oligarquias** (1894-1930).

2. GOVERNO PROVISÓRIO (1889-FEVEREIRO DE 1891)

Proclamada a República, foi instituído um governo provisório chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca. Seus primeiros decretos de-

terminaram o banimento da Família Imperial, o estabelecimento de uma nova bandeira nacional, a separação entre a Igreja e o Estado, a liberdade de cultos, a secularização dos cemitérios e a grande naturalização.

Por determinação do ministro da Fazenda, Rui Barbosa, realizou-se uma política de incentivo à indústria, caracterizada pela facilitação dos créditos bancários, pela excessiva emissão de papel-moeda e pela especulação com ações. Gerou-se uma crise conhecida como **Encilhamento**, que provocou inflação, aumento da dívida pública, quebra de bancos e empobrecimento de inúmeros pequenos investidores.

Elegeram-se um **Congresso Constituinte** que, em 24 de fevereiro de 1891, promulgou a primeira Constituição republicana do Brasil, fortemente influenciada pelo modelo norte-americano. Foram extintos o Poder Mode-

rador, o cargo de primeiro-ministro, a vitaliciedade do Senado, o voto censitário e as eleições legislativas indiretas. A nova Constituição estabeleceu a tripartição de poderes, o sistema presidencialista, a eleição direta do presidente da República para um mandato de 4 anos (sem direito à reeleição) e o sufrágio universal masculino (excluídos os analfabetos e as praças de pré, isto é, os soldados e marinheiros rasos). Também foi estabelecido o **sistema federativo**, com a concessão de autonomia aos Estados-membros da União.

A Constituição de 1891 determinou que a primeira eleição presidencial fosse realizada por voto indireto, por meio do Congresso. Visando enfraquecer Deodoro (que era o candidato natural à Presidência da República) e provocar uma cisão entre os militares, os políticos civis apoiaram a candidatura do marechal Floriano Peixoto à Vice-Presidência.

3. CRONOLOGIA

15/11/1889 – Proclamação da República.

19/11/1889 – Nova Bandeira.

1889 – Decreto de Banimento da Família Imperial.

1890 – Convocação da Constituinte.

1891 – Promulgação da Constitui-

ção Republicana.

– Eleição do marechal Deodoro da Fonseca, 1.º presidente do Brasil.

MÓDULO 39

República da Espada: Governos de Deodoro e de Floriano

1. O GOVERNO CONSTITUCIONAL DO MARECHAL DEODORO DA FONSECA (1891)

Eleito para a Presidência da República, o marechal Deodoro logo se indispôs com o Congresso Nacional. Este, usando como pretexto o favorecimento do presidente a um amigo na

construção de um porto na cidade de Torres (RS), aprovou o projeto da **Lei de Responsabilidade do Presidente da República**, que abria a possibilidade de se declarar o impedimento do chefe de Estado. Deodoro vetou o projeto; mas, ao perceber que o Congresso ia rejeitar seu veto e promulgar a lei, deu um golpe de Estado.

O Congresso Nacional foi fechado. Os governadores estaduais (exceto o do Pará) solidarizaram-se com o presidente. Mas a Marinha, liderada pelo almirante Custódio de Melo, revoltou-se em defesa da legalidade. Para evitar derramamento de sangue, Deodoro renunciou à Presidência da República.

2. O GOVERNO CONSTITUCIONAL DO MARECHAL FLORIANO PEIXOTO (1891-1894)

Ao assumir o poder, o vice-presidente, marechal Floriano Peixoto, reabriu o Congresso, mas afastou os chefes de governo estaduais que haviam aderido ao golpe de Deodoro. Os políticos ligados à aristocracia rural apoiaram a permanência de Floriano Peixoto à frente do governo até completar o mandato de Deodoro, muito embora o artigo 42 da Constituição determinasse que, caso o presidente da

República não chegasse a completar metade de seu mandato, o vice-presidente deveria convocar nova eleição presidencial. Um manifesto de 13 generais e almirantes, exigindo que Floriano cumprisse o art. 42, foi punido com a reforma (aposentadoria) de seus signatários.

Floriano enfrentou e reprimiu com violência duas revoltas: a **Revolução Federalista** do Rio Grande do Sul e a **Revolta da Armada** no Rio de Janeiro. Os dois movimentos, que contavam com a participação de adeptos da monarquia, acabaram por fundir-

se, mas foram vencidos. O papel de Floriano nesses episódios valeu a ele os epítetos de **Marechal de Ferro** e **Consolidador da República**.

Apesar de seus partidários exaltados insistirem para que se implantasse uma ditadura militar, Floriano Peixoto permitiu que se realizasse a eleição presidencial. Seu sucessor foi um civil, paulista, cafeicultor e republicano histórico – **Prudente de Morais** –, cuja posse assinalou o término da **República da Espada** e o início da **República das Oligarquias**.

3. CRONOLOGIA

1889 – Proclamação da República.

1890 – Eleições para o Congresso Constituinte.

– Crise do Encilhamento.

1891 – Promulgação da Constituição e eleição indireta do marechal Deodoro da Fonseca.

– Renúncia de Deodoro da Fonseca.

– Início do governo do marechal Floriano Peixoto.

1893 – Revolta da Armada e Revolução Federalista.

1894 – Eleição de Prudente de Morais (primeiro presidente civil).

MÓDULO 40

Bases Sociopolíticas da República Oligárquica

1. INTRODUÇÃO

A segunda fase da República Velha se inicia com a ascensão de **Prudente de Morais** (1894), primeiro presidente civil da República.

Biografia: Prudente de Morais

Nascido em Itu, no interior do Estado de São Paulo, a 4 de outubro de 1841, Prudente José de Morais Barros só conseguira estudar graças a um pecúlio deixado por seu pai e à ajuda de seu padrinho, o português Antônio José da Silva Gordo, que, em 1867, se tornaria seu sogro. Não foi um aluno excepcional, mas na Academia de Direito tornou-se amigo de colegas que mais tarde seriam notórios homens públicos, como Campos Sales, Rangel Pestana e Bernardino de Campos. A partir de 1863, já advogava em Piracicaba e iniciava sua carreira política, elegendo-se vereador: em 1865, era prefeito daquela cidade e, em 1867, tornava-se deputado provincial. Não foi na primeira hora que esse político liberal aderiu às ideias republicanas: apenas em meados da década de 1870 inscreveu-se no Partido Republicano. Em 1877, porém, já seu nome figurava entre os três deputados da agremiação

eleitos para a Assembleia Provincial de São Paulo, ao lado de Cesário Mota Jr. e Martinho Prado. No limitado espaço deixado pela monarquia centralizadora às Assembleias Provinciais, Prudente de Morais conseguiu conquistar um lugar de destaque, defendendo a federação e a autonomia das províncias e dos municípios, como condição essencial para a renovação da vida política nacional. Eleito deputado em 1885 e em 1888, às vésperas da República já era um político importante; proclamado o novo regime, fez parte do triunvirato que governou provisoriamente São Paulo, assumindo depois, sozinho, o governo do Estado, por dez meses; nesse período teve oportunidade de pôr em prática algumas de suas convicções políticas, como a laicização do ensino e o estrito federalismo. Candidato oposicionista à Presidência da República, em 1891, foi derrotado por Deodoro, mas Floriano, seu companheiro de chapa, elegeu-se vice-presidente. A derrota nas urnas não o fez aproximar-se do novo chefe do governo, que Prudente combateu até seu afastamento, em novembro de 1891. Com a criação do Partido Republicano Federal, em 1893, seu nome foi mais uma vez lançado como candidato civil à Presidência da República, tendo como vice o

médico baiano Manuel Vitorino. Apesar dos boatos de que Floriano prolongaria seu mandato, impedindo a realização do pleito ou a posse dos eleitos, em 15 de novembro de 1894 Prudente assumiu a chefia do Executivo. Quatro anos depois, encerrada sua gestão, isolou-se em Piracicaba, onde passaria o resto de seus dias. Em 1901, já atacado pela tuberculose, ainda fez uma última aparição política na convenção do Partido Republicano Paulista; nessa oportunidade defendeu a proibição de vendas de terras a estrangeiros sem autorização do governo, propôs modificações no sistema eleitoral ao Congresso e condenou a intervenção do Estado nos assuntos educacionais. A 3 de dezembro de 1902, faleceu em Piracicaba.

2. A REPÚBLICA DAS OLIGARQUIAS (1894-1930)

Como o próprio nome já nos sugere (oligarquia é uma palavra de origem grega que significa governo de uma minoria), o período caracterizou-se pelo predomínio político de certos grupos, geralmente ligados a famílias de grandes proprietários de terras que, pelo controle político de seus Estados, dominavam o cenário político nacional.

Isso se tornou possível na medida em que a Constituição republicana de 1891 impôs a forma federativa de governo, isto é, deu autonomia aos Estados; cada Estado tinha o direito de contrair empréstimos no exterior, decretar impostos de exportação, reger-se por suas próprias Constituições, ter corpos militares próprios, bem como códigos eleitorais e judiciários. Desta forma, os Estados e seus representantes passaram a ter importância decisiva no processo político, sobretudo nas eleições para presidente da República.

3. POLÍTICA DOS GOVERNADORES

Esta situação levou o presidente **Campos Sales** (1898-1902) a estabelecer uma política que ficou conhecida como Política dos Governadores. Tratava-se de um acordo entre o Governo Federal e as oligarquias situacionistas dos vários Estados, por meio do qual o Governo Federal se comprometia a reconhecer e apoiar politicamente esses grupos, em troca do total apoio destes ao presidente da República no Congresso Nacional.

4. POLÍTICA DO CAFÉ COM LEITE

Na verdade, porém, os três Estados mais poderosos, São Paulo (poder econômico, ligado à aristocracia

cafeeira), Minas Gerais (força eleitoral) e Rio Grande do Sul (força militar), dominavam o cenário político nacional e, sendo assim, para que um candidato fosse eleito como presidente da República, dependia do apoio de pelo menos dois desses Estados. Os dois mais poderosos, São Paulo e Minas, formavam a Política do Café com Leite, que consistia em um acordo mediante o qual os políticos mineiros e paulistas se comprometiam a apoiar o mesmo candidato, fazendo um revezamento no poder (ora um paulista, ora um mineiro).

5. CORONELISMO

A base de todo esse esquema partidário, no entanto, estava nos municípios, nas mãos dos chamados coronéis, que eram os chefes políticos locais.

O poder desses homens era muito amplo, pois eles controlavam a grande massa do eleitorado, que se concentrava no campo, por meio do voto de cabresto.

O voto de cabresto era um voto dirigido, isto é, os eleitores votavam nos candidatos que os coronéis lhes indicavam. A pressão sobre o eleitorado era intensa, pois a maioria dos eleitores era muito pobre e dependia do grande proprietário. Por outro lado, havia os laços de “parentesco” (o coronel era padrinho dos filhos do trabalhador e do pequeno produtor,

por exemplo), o que aumentava a autoridade do “coronel”. E, finalmente, o voto era aberto, o que garantia seu total controle.

Desta forma, quando o presidente em exercício indicava o nome do seu candidato ao Congresso para as eleições presidenciais, a “máquina” eleitoral era acionada.

O processo eleitoral no Brasil era extremamente fraudulento. Embora as eleições para presidente fossem diretas, na prática, era no Congresso Nacional, dominado pelas oligarquias estaduais, que o pleito era decidido, mesmo antes de as eleições serem realizadas. De maneira geral, o candidato era indicado pelo presidente em exercício; caso recebesse o apoio de dois Estados importantes (São Paulo e Minas ou Minas e Rio Grande do Sul), ele já poderia se considerar eleito. As alianças eram acionadas entre as várias oligarquias estaduais que, por sua vez, buscavam alianças com os coronéis, que garantiam por meio do voto de cabresto os votos necessários para que o candidato fosse eleito. Para tanto, tudo era válido: votar mais de uma vez, eleitores “inexistentes” e até mortos.

Deste modo, as camadas médias urbanas e inferiores da população tiveram anulada sua participação ativa no processo político-administrativo da “República das Oligarquias”, apesar da existência do sufrágio universal masculino.

6. CRONOLOGIA

1891 – Promulgação da primeira Constituição republicana.

1894 – Início da República das Oligarquias e do governo de Prudente de Moraes.

1898 – Criação da Política dos Go-

vernadores pelo presidente Campos Sales.

1902 – Eleição de Rodrigues Alves.

MÓDULO 41

Movimentos Sociais Rurais na República Velha

1. MESSIANISMO NO BRASIL

O messianismo no Brasil deve ser compreendido com base na estrutura fundiária criada no Período Colonial e mantida no Império. Na República Velha, os movimentos messiânicos foram reprimidos pelo Estado oligárquico sob o pretexto de ameaçarem o regime republicano.

❑ A Guerra de Canudos (1896/97)

“O sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão”

A Guerra de Canudos foi liderada por Antônio Conselheiro, um beato que, andando pelo sertão, pregava a salvação por meio do abandono material, exigindo que seus fiéis o seguissem pelo sertão nordestino. Perseguido pela Igreja, e com um nú-

mero significativo de fiéis, Antônio Conselheiro estabeleceu-se no sertão baiano, no Arraial de Canudos, à margem do Rio Vaza-Barris. Ali fundou a cidade santa, à qual dera o nome de Belo Monte, administrada pelo beato, que contava com vários subchefes, cada qual responsável por um setor (comandante da rua, encarregado da segurança e da guerra, escrivão de casamentos, entre outros).

A CAMPANHA DE CANUDOS (1893-1897)



Área de conflito no interior da Bahia onde ocorreu a guerra.

A comunidade de Canudos, assim, sobrevivia e prosperava, mantendo-se por via das trocas com as comunidades vizinhas.

A repressão ao movimento ocorreu sob o pretexto de que Antônio Conselheiro conspirava contra a República, defendendo a volta à Monarquia.

A resistência de Canudos contra a violenta repressão foi notável, e o núcleo conseguiu sobreviver a várias tentativas de destruição de uma forma “milagrosa”. O núcleo que se fundara, por volta de 1870, resistiu até 1897, quando se organizou a 4.^a expedição, com 8 000 soldados sob o comando do general Artur de Andrade Guimaraes.

rães. Assim, o grupo foi arrasado e sua população, dizimada, restando poucos sobreviventes.

❑ A Revolta do Juazeiro

Esse movimento messiânico foi liderado pelo Padre Cícero Romão Batista e inseriu-se no contexto da política das salvação adotada pelo presidente Hermes da Fonseca. Com base no clientelismo do “Padre Coronel”, grupos hermistas que controlavam o Ceará foram substituídos pela velha oligarquia da família Accioli.

❑ A Guerra do Contestado

Esse movimento messiânico teve sua origem no governo do presidente Hermes da Fonseca e seu recrudescimento deu-se na época do presidente Venceslau Brás. O problema social, que culminou com a intervenção do governo federal, reportava-se à região limítrofe dos Estados do Paraná e Santa Catarina, que disputavam a região entre si. A construção de uma via férrea na região, desalojando os posseiros, deflagrou um movimento de fundo messiânico.

A liderança do movimento e a resistência às forças do governo federal foram conduzidas pelo “monge” João Maria. Em 1915, o general Se-

tembrino de Carvalho sufocou duramente os sertanejos pobres, e o problema fronteiro entre Santa Catarina e Paraná, que serviu de pretexto para a eclosão do movimento, foi solucionado no ano seguinte.

2. MOVIMENTO DO CANGAÇO

O cangaço deve ser compreendido sobretudo como movimento de rebeldia, de profundo conteúdo social. Sua origem remonta à época do Império, por ocasião das grandes secas que se estenderam de 1877 a 1879. A fome generalizada e o agravamento da pobreza polarizaram a sociedade nordestina, provocando o surgimento de grupos de cangaceiros que “assaltavam propriedades, atacavam depósitos e trens que transportavam mercadorias, distribuindo-as, às vezes, entre os pobres. Ficaram famosos nessa época os cangaceiros Cabeleira e João Calangro, que com seus bandos autônomos roubavam gado, saqueavam propriedades e cometiam dezenas de assassinatos” (Joelza Domingues).

Evidentemente, os cangaceiros que mais ganharam notoriedade no Nordeste foram Antônio Silvino, o pernambucano Virgulino Ferreira da Silva, conhecido como Lampião, e Corisco.

MÓDULO 42

Economia, Finanças e Urbanização na Primeira República

1. SANEAMENTO FINANCEIRO

Em nome da oligarquia agrária do café, o presidente Campos Sales, antes mesmo de tomar posse, renegociou a dívida externa do Brasil, assinando uma moratória, e fez um empréstimo de 10 milhões de libras esterlinas, conhecido como *funding loan*. O objetivo dessa política era combater a inflação e sanear as finanças do País, consolidando sua “voção agrária”.

2. CAFÉ, BORRACHA E O CONVÊNIO DE TAUBATÉ

O café, cuja expansão caracterizou a economia brasileira na segunda metade do século XIX, foi a base de sustentação da República Velha. Durante o governo do presidente Rodrigues

Alves, conhecido como “quadriênio progressista”, muitos recursos financeiros por ele utilizados se originaram da política financeira do presidente Campos Sales, do aumento das exportações de café e da **crescente produção de borracha**.

Em 1906, no final do quadriênio progressista, a superprodução de café, com a conseqüente queda dos preços, levou os governadores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro a firmarem um convênio em Taubaté, uma cidade do Vale do Paraíba paulista.

De acordo com as decisões tomadas pelos representantes da cafeicultura, o governo deveria intervir no mercado cafeeiro comprando e estocando os excedentes de produção para valorizar seu preço. Apesar de o presidente Rodrigues Alves não concordar com essa política de valoriza-

ção do café, os Estados produtores da rubiácea adotaram a valorização, que foi aplicada pelo presidente Afonso Pena.

3. SURTO INDUSTRIAL

A Guerra de 1914-1918 (em que tomamos pequena parte ao lado dos aliados), que corresponde a todo o período da Presidência de Venceslau Brás, permitiu uma pausa no declínio das oligarquias que o civilismo anunciava. Também o conflito mundial proporcionou excelentes negócios, pois os aliados compravam tudo o que o País lhes pudesse vender. Implantaram-se **indústrias** que, estimulando a **produção de matéria-prima nacional**, acumulavam forte capital e especializavam numeroso corpo de operários.

4. CRONOLOGIA

1890 – Crise do Encilhamento.

1893 – Crise de superprodução de café.

1898 – Moratória e *funding loan*.

1906 – Convênio de Taubaté.

1912 – *Boom* da borracha.

1914-18 – Surto industrial.

MÓDULO 43

Ideias e Movimentos Urbanos na Primeira República



1. O CAPITALISMO TARDIO

Ao ser proclamada a República, em 1889, existiam no Brasil 626 estabelecimentos industriais, sendo 60% do ramo têxtil e 15% do ramo de produtos alimentícios.

Em 1914, o número já era de 7 430 indústrias, com 153 000 operários. Em 1920, o número havia subido para 13 336, com 275 000 operários. Até 1930, foram fundados mais 4 687 estabelecimentos industriais. Por outro lado, já em 1907, o total de capital aplicado na indústria de produtos alimentícios tinha superado o total aplicado no ramo têxtil. Nesse período, deve-se considerar que a indústria brasileira reunia um grande número de pequenas oficinas, semiartesaniais, que fabricavam bens de consumo simples para suprimento local. Em 1920, apenas 482 estabelecimentos tinham mais de 100 operários.

Há que se levar em conta que a industrialização se concentrou no eixo Rio-São Paulo e, secundariamente, no Rio Grande do Sul. O empresariado industrial era oriundo do café, do setor importador e da elite dos imigrantes.

2. A REVOLTA DA VACINA

A origem dessa revolta ocorrida no Rio de Janeiro deve ser procurada na questão social gerada pelas desigualdades sociais e agravada pela reurbanização do Distrito Federal pelo prefeito Pereira Passos. Além disso, o grande destaque do período foi a **Campanha de Saneamento** no Rio de Janeiro, dirigida por Oswaldo Cruz. Decretando-se a vacinação obrigatória contra a varíola, ocorreu o descontentamento popular. Disso se aproveitaram os militares e políticos adversários de Rodrigues Alves. Assim, irrompeu a **Revolta da Vacina** (novembro de 1904), sob a

liderança do senador Lauro Sodré. O levante foi rapidamente dominado, fortalecendo a posição do presidente.

3. A REVOLTA DA CHIBATA

Em 23 de novembro de 1910, estourou a **Revolta da Chibata**, sob o comando do marinheiro negro João Cândido. Os marinheiros dos dois modernos encouraçados, “Minas Gerais” e “São Paulo”, rebelaram-se contra os maus-tratos, excesso de trabalho e contra a chibata, processo que ainda era usado para punir infratores. Oficiais foram mortos e granadas despejadas sobre o Rio de Janeiro.

4. A GREVE DE 1917

“São Paulo é uma cidade morta: sua população está alarmada, os rostos denotam apreensão e pânico, porque tudo está fechado, sem o menor movimento. Pelas ruas, afora alguns transeuntes apressados, só circulam veículos militares, requisitados pela Companhia Antarctica e demais indústrias, com tropas armadas de fuzis e metralhadoras. Há ordem de atirar sobre quem fique parado nas ruas. Nos bairros fabris do Brás, Mooca, Barra Funda e Lapa sucedem-se tiroteios com grupos de populares...”

Foi dessa maneira que o militante operário Everardo Dias descreveu a greve de 9 de julho de 1917. A origem do movimento grevista está associada ao capitalismo tardio e selvagem, bem como à influência do anarcossindicalismo. Na realidade, o movimento operário brasileiro foi influenciado, a partir do século XIX e até a década de 1920, pelo socialismo reformista, trabalhismo e anarquismo. As greves que paralisaram as fábricas em São Paulo e em outras cidades brasileiras tiveram caráter reivindicatório e foram conduzidas pelos

anarcossindicalistas, sendo violentamente reprimidas pelo Governo Federal do presidente Venceslau Brás.

5. MOVIMENTO MODERNISTA

Na década de 1920, contra o elitismo e o europeísmo que marcavam a cultura brasileira, rebelou-se o movimento modernista brasileiro. Seu ponto alto foi a **Semana de Arte Moderna (1922)**, realizada em São Paulo com o objetivo de criar uma cultura moderna, baseada em elementos genuinamente brasileiros.

Os modernistas foram buscar inspiração nas imagens da indústria, da máquina, da metrópole, do burguês e do proletário, do homem da terra e do imigrante.

Entre os escritores modernistas, o que melhor reflete o espírito da Semana é **Oswald de Andrade**. De maneira geral, sua produção literária reflete a sociedade em que se forjou sua formação cultural: o momento de transição que une o Brasil agrário e patriarcal ao Brasil que caminha para a modernização.

Ao lado de Oswald de Andrade, destaca-se como ponto alto do Modernismo a figura de **Mário de Andrade**, principal animador do movimento modernista e seu espírito mais versátil. Cultivou a poesia, o romance, o conto, a crítica, a pesquisa musical e folclórica.

Escritores de relevo da época foram também **Manuel Bandeira**, **Cassiano Ricardo** e **Antônio de Alcântara Machado**. Este, inovando a estrutura do conto, em suas coletâneas *Brás*, *Bexiga* e *Barra Funda* (1927) e *Laranja da China* (1928), retrata, numa linguagem que se aproxima da jornalística, a vida social de São Paulo, destacando a figura do imigrante, sobretudo do italiano, responsável por marcantes alterações na fisionomia cultural de São Paulo.



1. A CRISE DE 1929

❑ Fatores

Os Estados Unidos emergiram da Primeira Guerra Mundial como a maior potência econômica do mundo. Sua indústria e agricultura haviam atingido níveis de produção jamais alcançados e suas reservas de ouro superavam as de todos os demais países. Os Estados Unidos eram os grandes credores do mercado internacional. Havia inclusive um considerável excedente de capital, que os norte-americanos investiram sob a forma de empréstimos para recuperar os países europeus devastados pela guerra.

O fator primordial para a eclosão da crise de 1929 foi a insistência, por parte da economia norte-americana, em manter os níveis de produção alcançados durante o conflito mundial, sem ajustá-los às condições do pós-guerra. Mas o reerguimento econômico das nações europeias tendeu a torná-las autossuficientes e, depois, concorrentes dos próprios Estados Unidos. O excesso de produção provocou a baixa dos preços internacionais das matérias-primas, afetando o poder aquisitivo dos países exportadores de produtos primários. Por outro lado, o mercado interno norte-americano, cuja população com poder de compra vinha consumindo dentro do limite máximo de sua capacidade, mostrou-se incapaz de absorver a produção excedente. Gerou-se assim uma crise de superprodução (pelo ângulo dos produtores) ou de subconsumo (pelo ângulo dos consumidores), agravada pelo fato de a economia norte-americana haver se desenvolvido de forma descontrolada.

❑ A crise

A redução planejada da produção – que atualmente se apresenta como a solução mais apropriada para o problema – foi inviabilizada pelos próprios capitalistas e pelo governo do presidente republicano Hoover, o qual manteve o tradicional liberalismo econômico dos Estados Unidos, recu-

sando-se a interferir no processo econômico. Assim, procurou-se amainar a crise em curso por meio da estocagem de excedentes da produção e da maior facilidade na concessão de empréstimos, a fim de incentivar o mercado consumidor.

O primeiro setor a entrar em colapso foi o agrícola, em razão da queda dos preços de seus produtos e da alta dos custos. Em seguida, foi a vez da indústria. A abrupta contenção da produção gerou dispensas em massa, reduzindo ainda mais o potencial de consumo.

Durante alguns meses, o mercado de ações manteve-se alheio à derrocada da agricultura e da indústria. Mas a persistência da crise afetou a confiança dos especuladores, gerando a retração na compra de ações. Como resultado, ocorreu o *crack* da Bolsa de Valores de Nova York (outubro de 1929). Embora os grandes bancos sobrevivessem à tormenta, milhares de instituições financeiras menores faliram, arruinando milhões de pequenos depositantes e investidores. O desemprego cresceu avassaladoramente, superando a marca de 13 milhões de pessoas.

A Grande Depressão espalhou-se por todo o mundo capitalista, favorecendo a ascensão dos regimes totalitários e preparando o caminho para a Segunda Guerra Mundial.

2. O NEW DEAL

Em 1933, assumiu a Presidência dos Estados Unidos o democrata Franklin Roosevelt (eleito em 1932), o qual pôs em prática uma política econômica intervencionista e antiliberal, à qual deu o nome de *New Deal*. Seus pontos principais eram a realização de grandes obras públicas, a fim de reduzir o desemprego; fixação de preços mínimos para o petróleo, carvão e produtos agrícolas, com o objetivo de estimular a produção; apoio aos pequenos investidores e criação de um órgão governamental que controlasse o sistema bancário; empréstimos estatais aos fazendeiros cujas propriedades estivessem hipo-

otecadas; elevação dos salários, visando aumentar o poder aquisitivo da população; e concessão de empréstimos ao exterior, tendo em vista a reativação dos mecanismos do comércio internacional.

Por volta de 1936, os Estados Unidos já estavam superando os efeitos da Grande Depressão. Assim, em 1939, o país se encontrava em condições de aproveitar a nova conjuntura criada pela Segunda Guerra Mundial.

❑ Alemanha

O escoamento de divisas do país já atingia uma taxa sem precedentes quando o marco perdeu a cobertura americana. Uma soma de 50 milhões de libras em ouro e divisas deixou a Alemanha, na primeira quinzena de junho, acompanhada, na terceira semana, de uma soma de 17,5 milhões de libras. O povo e o governo da Alemanha lembraram claramente a terrível crise monetária de 1923, quando os marcos valiam menos do que o papel em que eram impressos. Temendo o pânico, o governo impôs severas restrições ao crédito.

“A redução da circulação monetária está causando grandes transtornos. A corrida às caixas econômicas começou hoje, e já havia longas filas diante das portas antes que elas se abrissem. Mas somente as quantias necessárias para os soldos, salários, impostos e outros pagamentos necessários foram entregues nos guichês. Houve protestos, brigas e discussões, mas nenhuma desordem séria (...)”.

❑ Grã-Bretanha

A crise financeira propagou-se da Alemanha para a Grã-Bretanha. Os fundos alemães a curto prazo, investidos em Londres, foram retirados, e por volta de agosto houve uma corrida a Londres.

O Banco da Inglaterra teve de fazer pagamentos em ouro, mas a partir de setembro de 1932 não podia mais fazê-los. Ao final desse ano, doze países seguiam o exemplo da Grã-Bretanha e suspendiam também o pagamento em ouro. O dólar ficou sem lastro ouro em 1933; o franco, em 1936.

A luta para manter o lastro ouro, entretanto, havia inibido mais ainda o investimento e o crescimento, e aumentado as dificuldades do comércio internacional. A reação americana à redução de capital e à queda de produção havia sido a elevação das tarifas sobre produtos importados, que já eram muito altas. A Europa não podia vender produtos à América e, conseqüentemente, não tinha dinheiro para comprar produtos da América. Pouco a pouco, os países da Europa aumentaram suas tarifas e cotas de importação. A Grã-Bretanha, finalmente, abandonou sua política de livre comércio. O comércio internacional havia sofrido um colapso; muitas fábricas, estaleiros e indústrias foram fechados. Muitos trabalhadores ficaram desempregados. Provavelmente, na pior época, havia aproximadamente 30 milhões de pessoas no mundo para as quais não havia trabalho, homens que, aparentemente, não tinham utilidade para a sociedade. Em alguns países o desespero dos desempregados, dissimulado pela mera citação das estatísticas, gerava uma situação revolucionária. Mas, na Grã-Bretanha, os desempregados não se tornaram revolucionários; simplesmente se acomodaram, fazendo o possível para tirar o melhor proveito do pouco que tinham.

❑ América Latina

“Por alguns anos, antes da crise atual, os países latino-americanos tomaram empréstimos em grande escala do mercado americano (...). A população americana era próspera e parecia desejosa de comprar bônus latino-americanos em quantidades quase ilimitadas, sob pressão dos poderosos vendedores das companhias de investimento americanas. Na América Latina era fácil obter dinheiro com tais empréstimos, e era também fácil gastá-lo, muitas vezes com desperdício. Essa importação levava a uma expansão de obras públicas em países latino-americanos e a uma procura anormal de trabalho (...).”

Quando veio a crise, esse estímulo artificial aos negócios foi subitamente suprimido. Em muitos países, não foi possível obter empréstimos adicionais. A execução de obras públicas teve de ser inteiramente interrompida, ou grandemente retardada. Muitos governos encontraram-se às voltas com grandes projetos que não podiam levar avante. Seus orçamentos eram agravados por enormes compromissos de juros e amortização sobre essa nova dívida pública, enquanto suas receitas, especialmente as receitas alfandegárias, de que esses países dependem em grande parte, estavam se esgotando rapidamente.

Homens aproveitados na construção de obras públicas eram despedidos, assim como muitos trabalhadores empregados na produção de artigos básicos para exportação. Isso significava depressão nos negócios, declínios de salários e desemprego”.

(Comentarista americano, citado no *New York Times*, 30 de agosto de 1930.)



Uma caricatura alemã mostra Roosevelt enfrentando o dragão da Lei Seca. Na convenção democrata, essa questão foi mais importante que a própria Depressão.

3. CRONOLOGIA

1918 – Os EUA detêm metade do estoque de ouro do mundo.

1921 – Crise de superprodução.

1923 – Empréstimos particulares à Europa.

1929 – Crack da Bolsa de Nova York.

1930 – Auge da crise.

1932 – Eleição de Roosevelt.

MÓDULO 45

Crise do Estado Oligárquico e Revolução de 1930

1. DELFIM MOREIRA (1918-1919)

Rodrigues Alves fora eleito, sucedendo a Venceslau Brás, mas, por moléstia, não pôde tomar posse. Respondeu interinamente pela Presidência o vice-presidente da República, Delfim Moreira. Seu governo durou até julho de 1919.

2. EPITÁCIO PESSOA (1919-1922)

Rodrigues Alves faleceu em janeiro de 1919, não tendo decorrido dois anos de seu mandato. De acordo com a Constituição, eram necessárias no-

vas eleições. A oposição do Estado do Rio Grande do Sul a qualquer candidatura paulista ou mineira, bem como à candidatura de Rui Barbosa (que foi apresentada), influiu na indicação de **Epitácio Pessoa**, paraibano que gozava de prestígio por sua participação na reunião de Versalhes.

Epitácio Pessoa colocou civis no Ministério da Guerra (Pandiá Calógeras) e no Ministério da Marinha (Raul Soares).

A insatisfação contra o sistema político e a desmoralização da República provocaram o surgimento do “Tenentismo”.

O Tenentismo apareceu pela primeira vez como manifestação política

durante o governo de Epitácio Pessoa, quando do levante do **Forte de Copacabana** (5/7/1922), episódio dos “Dezoito do Forte”.

3. ARTUR BERNARDES (1922-1926)

Em 1921, São Paulo já aprovava a candidatura de Artur Bernardes, de Minas Gerais. Mas o novo presidente recebia uma situação difícil. Além de uma permanente ameaça de revolução, em razão da malquerença e da agitação dos militares, apareciam os primeiros efeitos de uma crise econômica decorrente do fim da Primeira Guerra Mundial.

• A Crise de 1929

Embora seja certo que a crise mundial repercutiu com mais intensidade no Brasil em 1931, é preciso considerar que seus efeitos iniciais já abalavam o setor cafeeiro, e isso foi percebido por seus adversários, que viram nesse fato uma oportunidade para criticar o governo.

Por outro lado, o setor cafeeiro e o Governo Federal estavam distanciados por este ter recusado auxílio àquele no início da crise. Os grupos dominantes de São Paulo, embora tivessem marchado com a candidatura de Júlio Prestes, não estavam dispostos a uma luta armada.

• A Revolução

Com a derrota eleitoral, os velhos políticos da Aliança Liberal, como Borges de Medeiros, pretenderam compor-se com os vitoriosos, como geralmente acontecia na República Velha. Mas existia na Aliança uma ala de políticos jovens (Maurício Cardoso, Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor, João Neves, Flores da Cunha, Virgílio de Melo Franco e Francisco Campos) que não se conformavam com uma situação na qual sua ascensão política permanecia dependente. Portanto, optaram pela via armada, e, para isso, aproximaram-se dos “tenentes”, como Juarez Távora, Ricardo Hall e João Alberto.

A conspiração sofreu várias oscilações por causa da posição conciliatória dos velhos oligarcas da Aliança Liberal, até mesmo do próprio Getúlio Vargas, o que provocou seu esfriamento. Porém, foi alentada pela “degola” de deputados federais eleitos por Minas Gerais e Paraíba (maio de 1930), pelo assassinato de João Pessoa (julho de 1930) no Recife, por motivos ligados a problemas locais, mas explorados politicamente pelos conspiradores e pela adesão de Borges de Medeiros, em agosto.

Os “tenentes” foram aproveitados por sua experiência revolucionária, mas a chefia militar coube ao tenente-coronel Góis Monteiro, elemento de confiança dos políticos gaúchos.

No dia 3 de outubro, eclodiu a revolta no Rio Grande do Sul; e no Nordeste, sob a chefia de Juarez Távora, no dia seguinte, participavam principalmente tropas das milícias estaduais e forças arregimentadas por “coronéis”. Várias tropas do Exército aderiram, algumas mantiveram-se neutras e poucas resistiram. Em vários Estados os governantes puseram-se em fuga. Quando se esperava um choque de grandes proporções entre as tropas que vinham do Sul e as de São Paulo, o presidente Washington Luís foi deposto, no dia 24, por um grupo de altos oficiais das Forças

Armadas, que tinham a intenção de exercer um papel moderador. Formou-se a Junta Governativa Provisória, intitulada Junta Pacificadora, integrada pelos generais Mena Barreto e Tasso Fragoso, e pelo almirante Isaías Noronha.

• Conclusão

Houve um momento culminante na crise da década de 1920: as oligarquias regionais dissidentes optaram pela luta armada, o descontentamento militar ganhava novo alento, as classes médias urbanas insatisfeitas constituíam uma ampla ala de apoio. Nesse momento, o setor cafeeiro era atingido pelos primeiros efeitos da crise de 1929 e distanciava-se do Governo Federal. Daí a possibilidade de vitória de uma revolução.

Portanto, um fator externo combinou-se com o agravamento de contradições internas.

O setor cafeeiro continuou representando um papel fundamental na economia do País, mas, com a derrota, perdeu a hegemonia política.

A revolução levou a uma composição de equilíbrio entre os setores da classe dominante. Não houve uma ruptura no processo histórico, mas apenas uma acomodação à atualização das instituições.

6. CRONOLOGIA

1914 – Início do governo de Veneslau Brás e da Primeira Guerra Mundial.

1917 – Greves operárias em São Paulo.

1918 – Reeleição e morte de Rodrigues Alves.

1919 – Participação do Brasil na Conferência de Paz de Paris.

1922 – Eleição competitiva (Reação Republicana); Revolta Tenentista do Forte de Copacabana; Semana de Arte Moderna; primeiro centenário da

Independência do Brasil.

1924 – Revolta tenentista de Isidoro Dias Lopes, em São Paulo.

1925 – Início da Coluna Prestes.

1926 – Criação do Partido Democrático de São Paulo; Washington Luís é eleito presidente da República; reforma constitucional amplia os poderes do Executivo; a Coluna Prestes percorre o interior do País.

1927 – A Coluna Prestes se dispersa na Bolívia; entra em vigor a Lei Celerada.

1928 – Fundação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

(FIESP); Minas Gerais rejeita a candidatura de Júlio Prestes à Presidência da República.

1929 – Políticos mineiros e gaúchos fundam a Aliança Liberal e lançam a candidatura de Getúlio Vargas; quebra da Bolsa de Valores de Nova York.

1930 – Eleição competitiva e vitória fraudulenta de Júlio Prestes; assassinato de João Pessoa e eclosão da Revolução no dia 3 de outubro; deposição de Washington Luís e ascensão de Getúlio Vargas.

1. GOVERNO PROVISÓRIO (1930-1934)

A Constituição republicana de 1891 foi suprimida e Vargas recebeu poderes ditatoriais através de uma Lei Orgânica, aprovada em 6 de novembro de 1930. A legitimidade era proporcionada pelas Forças Armadas, que apoiavam Getúlio. Para governar os Estados, foram nomeados interventores, geralmente “tenentes” civis ou militares, imbuídos de ideias elitistas, apolíticas, autoritárias e modernizantes, que conflitavam com os **constitucionalistas** representantes das oligarquias. O controle dos “tenentes” por Getúlio foi feito por meio do Clube 3 de Outubro, que congregava elementos ligados diretamente ao governo. Ainda em 1930, foram criados o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde Pública.

2. REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE SÃO PAULO

Depois de nomear José Maria Whitaker, banqueiro paulista, para a pasta da Fazenda, Vargas o substituiu por Osvaldo Aranha, que inaugurou o sistema de compra e queima dos excedentes de café, financiado por uma emissão inflacionária, na tentativa de defender o principal setor da economia brasileira. Apesar disso, os paulistas insurgiram-se contra o Governo Federal, exigindo para São Paulo um interventor civil e paulista. Assim, em fevereiro de 1932, o Partido Democrático e o Partido Republicano Paulista formaram a Frente Única Paulista. Em maio, durante uma manifestação contra o governo getulista, foram mortos quatro manifestantes: Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo (MMDC). São Paulo conseguiu seu interventor civil e paulista, Pedro de Toledo, que defendia a reconstitucionalização do País. Nesse ínterim, Vargas promulgou o novo Código Eleitoral, que ins-

taurava o voto secreto e o voto classista. Mas a demora na reconstitucionalização serviu de pretexto para a eclosão do levante paulista, comandado pelos generais Bertolo Klinger e Isidoro Dias Lopes. Após três meses de combates, os paulistas capitularam. Então Vargas convocou uma Assembleia Constituinte, que seria instalada em 10 de novembro de 1933.

3. A NOVA CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA (1934)

Pelo novo Código Eleitoral, as mulheres votaram pela primeira vez e houve representação classista. A Constituinte aprovou todos os atos do Governo Provisório e elegeu Vargas presidente da República, indiretamente, de acordo com as disposições transitórias da própria Constituição. Os presos políticos foram anistiados.

Em relação ao texto constitucional de 1891, ocorreram numerosas inovações, tais como extinção do cargo de vice-presidente da República; voto secreto e extensivo às mulheres; deputados eleitos pelos organismos de classe (1/5 da Câmara dos Deputados e das Assembleias Estaduais); redução dos senadores a dois por Estado, com mandato de oito anos; mandato de quatro anos para os deputados; ministérios com assessorias técnicas; legislação trabalhista; mandato de segurança; ensino pri-



Vargas convoca a Constituinte e recebe a faixa de presidente constitucional. (Revista Careta, 1933.)

mário obrigatório e gratuito; e Conselho Superior de Segurança Nacional.

Os tenentes e a Constituinte

Em 1931, um documento atribuído a Juarez Távora resumia a posição tenentista em relação à convocação de uma Assembleia Constituinte: “Os elementos revolucionários que constituem o Clube 3 de Outubro – libertos de quaisquer facciosismos político-partidários – impugnam a ideia de volta imediata do País ao regime constitucional. (...) Sendo, entretanto, partidários sinceros da constitucionalização, apenas divergem dos chamados constitucionalistas, quanto à conveniência de sua decretação a todo transe, como meio eficaz de salvação pública. (...) A Revolução de outubro venceu porque se apoderara do povo brasileiro a convicção de que os erros e obliterações do regime que o oprimia, lhe criaram problemas gravíssimos para os quais não existiam soluções possíveis dentro da lei. Por isso, derrubado o governo legal de então, a Nação inteira clamou pela instituição da ditadura como único meio capaz de arrancar o País do caos a que o haviam arrastado alguns decênios de vida constitucional. (...) E para provar que não desejamos protelar indefinidamente o advento constitucional, é nosso propósito sugerir ao Chefe do Governo Provisório a nomeação de uma comissão de homens cultos e conhecedores da nossa realidade social e política, para elaborar criteriosamente sobre ela um anteprojeto de Constituição. Mas se quer uma Constituição é convocar um grupo de homens, com ou sem simulacros eletivos, para que do seu agregado ocasional e fora do tempo saiam algumas dezenas de preceitos legais, copiados aqui e ali, ao sabor das aparências, assaz vagos para permitir enrolarem-se na mesma coberta os ideais mais opostos, então o Clube 3 de Outubro é abertamente, decisivamente, contra a Constituição.

Na ânsia de Constituição imediata, o que mais se vê é o prurido de voltar aos postos de mando sem vigilância, ao rebanho dos tempos passados ou disfarçada hostilidade ao Governo Provisório, principalmente ao seu Chefe, que sabe perfeitamente não ter sido a Revolução obra exclusiva de políticos. Os decênios de regime decaído foram pontilhados de revoluções, o que prova não bastar a existência de qualquer Constituição para evitar a desordem, fazer descer a tranquilidade sobre os espíritos, permitir a moralidade administrativa e a prosperidade do País. O Clube 3 de Outubro quer a Constituição. Não qualquer Constituição. Pedirá a Constituição quando notar ser possível a adoção de um sistema, senão perfeito, pelo menos assegurador da ordem por período relativamente longo. Antes disso, enquanto o desejo de Constituição reflete a ambição de poderio e a volta a hábitos que justificaram a revolução de 3 de outubro, o Clube que tem este nome não quer combate e não permitirá que se adote uma Constituição qualquer para um País, cujo destino é, para o Clube, a sua única razão de ser”.

4. GOVERNO CONSTITUCIONAL (1934-1937)

O primeiro período constitucional de Vargas foi marcado pela polarização ideológica, reflexo da conjuntura europeia. Surgiram dois agrupamen-

tos políticos: Aliança Nacional Libertadora (ANL), liderada por Luís Carlos Prestes, de tendência esquerdista e antifascista, e Ação Integralista Brasileira (AIB), chefiada por Plínio Salgado, de tendência direitista e anti-comunista.



A AIB organizou-se aos moldes do nazifascismo europeu.

Em junho de 1935, o governo fechou a ANL, acusando-a de subversão, o que provocou a rebelião armada em novembro do mesmo ano (Intentona Comunista). Como consequência, Getúlio obteve a decretação do estado de sítio e viu seus poderes aumentados, podendo demitir funcionários públicos, afastá-los e decidir onde deveriam servir.

5. O GOLPE DE 10 DE NOVEMBRO DE 1937

Pretendendo perpetuar-se no poder, Vargas manobrou grupos contra grupos. Como a Constituição não lhe permitia a reeleição, acabou forjando um plano que redundou na implantação do Estado Novo. O golpe interrompeu o processo democrático iniciado em 1934, impedindo a realização das eleições presidenciais que seriam disputadas por três candidatos: Armando de Sales Oliveira (governador de São Paulo), José Américo de Almeida (ex-ministro da Viação) e Plínio Salgado (chefe da AIB). Usando como pretexto o Plano Cohen (elaborado por um oficial do Exército), Getúlio acabou fechando o Congresso e as Assembleias Legislativas e dissolvendo os partidos políticos.

6. CRONOLOGIA

- 1930 – Lei Orgânica discricionária e criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e da Lei dos 2/3 ou Lei da Nacionalização do Trabalho.
- 1931 – Lei de Sindicalização.
- 1932 – Revolução Constitucionalista de São Paulo.
- 1934 – Promulgação de uma nova Constituição.
- 1935 – Intentona Comunista.
- 1937 – Golpe do Estado Novo.

MÓDULO 47

Estado Novo e a Redemocratização do Brasil

1. NOVA CONSTITUIÇÃO

Promulgada no dia do Golpe, **não chega, praticamente, a ser aplicada**. Vargas a desrespeitaria quando bem entendesse e não poria em prática a maior parte dos seus artigos.

Pela nova Carta, eram **suprimidas as bandeiras**, hinos, escudos e armas estaduais ou municipais (art. 2.º). Este artigo foi completado por disposições do Decreto-Lei n.º 37 de 2 de dezembro de 1937, que extin-

guia os partidos políticos, vedando o “uso de uniformes, estandartes, distintivos e outros símbolos dos partidos políticos” (medida então dirigida contra os integralistas).

O Poder Executivo intervinha praticamente sempre que o desejasse nos Estados (art. 9.º), cabendo a nomeação do interventor ao próprio presidente, que se outorgava o **direito de modificar a Constituição e legislar por decretos**. O artigo 14.º permitia o **controle sobre as Forças Armadas**, podendo afastar

os militares que representassem perigo “aos interesses nacionais”. Pelo artigo 186.º, era declarado estado de emergência em todo o Território Nacional, o que tornava possível ordenar prisões, exílio e invasão de domicílios; instituía-se a prisão perpétua e tornava-se legal a censura de todos os meios de comunicação. **O mandato presidencial era oficialmente de seis anos**.

O Poder Legislativo, que aliás **nunca chegou a ser eleito**, podia ser dissolvido quando o Executivo

bem entendesse. Seria exercido pelo Parlamento Nacional, com a colaboração do **Conselho da Economia Nacional** e do **presidente da República** (art.38.º). Dividia-se o Parlamento em **Câmara dos Deputados**, eleita por **sufrágio indireto** (eleitores: vereadores das Câmaras municipais e dez eleitores escolhidos por voto direto) para uma legislatura de quatro anos, praticamente sem poderes, senão o de discutir os gastos orçamentários do governo, e **Conselho Federal**, composto por representantes dos Estados eleitos para um mandato de seis anos pelas Assembleias estaduais e de **dez membros nomeados pelo presidente da República**. A presidência do Conselho cabia a um ministro de Estado, também designado pelo presidente da República.

Outra inovação era o Conselho da Economia Nacional, composto por representantes das associações profissionais ou sindicatos (influência do Corporativismo fascista). Este Conselho constituiria uma **assessoria técnica**, cujas atribuições eram **promover a organização corporativa da economia nacional**, regular os contratos coletivos de trabalho, verificar o desenvolvimento dos vários ramos da economia, fundar institutos de pesquisa destinados a promover o desenvolvimento tecnológico, racionalizar a organização e administração da indústria e agricultura, crédito e organização do trabalho.

Quanto às eleições presidenciais, estabelecia o artigo 78.º: em caso de vacância, o Conselho Federal elegeria um presidente provisório entre seus membros, ou aquele indicado pelo presidente da República. O mandato presidencial é de seis anos e o presidente seria “eleito” por um complexo colégio eleitoral, salvo indicações em contrário do presidente em exercício (neste caso, Vargas).

No plano da Segurança Nacional, a Constituição estabelecia a **pena de morte**, que seria regulamentada posteriormente pelo Decreto-Lei de 18 de maio de 1938, após a tentativa do golpe integralista.

Finalmente, ficava sujeita a Constituição a um **plebiscito**, a ser marcado por Vargas, que, evidentemente, **nunca foi realizado**.

2. FORÇAS ARMADAS

Vargas, apesar de descartar os militares “inconvenientes”, não conseguiu estabelecer um verdadeiro controle sobre as Forças Armadas. Assim, a lealdade da alta oficialidade era bem precária, como ficou demonstrado quando do assalto integralista ao palácio presidencial, em maio de 1938 (os principais colaboradores militares de Vargas “perderam a cabeça” ao saber do atentado e demoraram várias horas para ajudar o presidente, esperavam provavelmente encontrá-lo morto. Vargas resistira à bala, atirando lado a lado com sua filha, Alzira, e outros membros de sua suíte. Escapando, assim, do atentado, seu prestígio aumentara sensivelmente; porém, sua política militar continuaria fraca, como ficou demonstrado em 1945, quando Dutra e Góis depuseram o presidente.

3. INSTITUIÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS

Se o Estado Novo prima pela pobreza institucional, o aparelho burocrático do Estado será intensivamente expandido e modernizado para atender às necessidades centralizadoras do governo. Entre os novos órgãos criados, destacam-se o DASP e o DIP.

O DASP (**Departamento Administrativo do Serviço Público**), com funções administrativas aparentemente burocráticas, **supervisionava as atividades dos interventores** em cada Estado, além de ser um “cabide de empregos”, com um funcionalismo público desproporcionalmente grande. O DASP permitiu a centralização administrativa e a subordinação das administrações estaduais à Federal.

O DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) é o grande instrumento ideológico do Estado Novo. Sua missão era a censura total e forjar

uma “imagem popular” do governo. A enxurrada verbal promovida pelo DIP conciliava o bacharelismo verbal, tão caro às oligarquias, com o dilúvio de autofelicitações que o governo fazia. Utilizando modernos meios de comunicação, o rádio, a imprensa, filmes e edições, conseguiria instalar uma verdadeira fobia anticomunista, tão cara à oligarquia e, mais tarde, transmitiria a imagem de Vargas como “Pai dos Pobres” para o consumo das massas urbanas.

Porém, evidentemente, seu campo de atuação é limitado, acabando por concentrar-se na censura da imprensa existente (confisca *O Estado de S. Paulo* e cria um jornal próprio, *A Noite*, no Rio de Janeiro). Instituiu a emissão radiofônica *A Hora do Brasil*, destinada a louvar a ação do governo.

De outro lado, temos o fortalecimento da **polícia secreta** do Estado Novo. Comandada pelo pró-nazista Filinto Müller, a mais detestada instituição da época no Brasil foi responsável por inúmeros crimes, torturas, assassinatos e terror cultural, que construíram a celebridade mundial do Estado Novo, equiparando-o aos totalitarismos europeus. Mas cabe salientar que este organismo não era de âmbito nacional, talvez em razão da fraqueza da oposição.

Até 1964, não existia nenhum organismo policial ou informativo de âmbito nacional, então foi criado o Departamento Federal de Segurança Pública e o moderno SNI (Serviço Nacional de Informação).

Finalmente, a mola mestra da política getulista é o **sistema de interventorias**. Vargas tratou de impor às **oligarquias estaduais** uma camada nova de burocratas (os interventores) que permitisse executar a política de patronagem varguista nos Estados. As mudanças introduzidas pelos interventores limitaram-se ao mínimo necessário para assegurar o controle de Vargas. Como a maioria era tradicional, Vargas punha em prática o **rodízio dos interventores, impedindo a sedimentação destes nos Estados**, mas todos mantinham a mesma política, ditada pelo Governo Federal. Em cada Estado, as oligarquias políticas pré-revolucio-

nárias eram eliminadas, sendo substituídas por outras (unidade de classe), **sem nunca ameaçar o poder econômico** das oligarquias tradicionais. De outro lado, o sistema permitiu a assimilação dos “tenentes” pelas **oligarquias locais**.

❑ **O Ministério do Trabalho e o enquadramento da classe operária**

Já salientamos a importância e a função do Ministério do Trabalho desde sua fundação: “revolução” da questão social e enquadramento estatal da classe operária, destruindo suas lideranças legítimas. Esta “obra” prosseguirá durante o Estado Novo, sendo aperfeiçoada pelo ministro Waldemar Falcão, o responsável pela **modificação da Legislação Trabalhista em 1941**. Já na Constituição de 1937, encontrava-se o fundamento institucional da nova legislação; era textualmente copiada das **corporações**, sindicatos de trabalhadores e patrões totalmente subordinados ao Estado (peleguismo sindical) pela ação do próprio governo e pela dependência econômica dos sindicatos ao Estado (por meio do imposto sindical). **Proíbiam-se totalmente o direito de greve e as associações de trabalhadores não filiados ao sistema oficial**, cujas normas mais importantes consistiam no reconhecimento de apenas um sindicato para cada profissão, que poderia ser distrital, municipal, estadual e interestadual; só excepcionalmente, e com a autorização expressa do Ministério do Trabalho, foram admitidas associações nacionais.

O caráter semiautoritário, semiconcessivo, de toda essa estrutura, viciava de **paternalismo** as relações entre trabalhadores e governo, identificado por eles a Getúlio Vargas. Nos primeiros anos de Estado Novo, esse sistema teria por **função política predominante**, portanto, a conquista e, ao mesmo tempo, o **controle e a disciplina das organizações sobretudo operárias**. Somente mais tarde, no fim do regime, ele seria utilizado para mobilizar “as massas”, fazendo-as intervir ativamente nas

lutas políticas, a favor de Vargas, contra os grupos oposicionistas. A eficácia desses recursos se explica, em parte, pela composição do proletariado – camada a que se incorporavam constantemente novos contingentes de origem rural, para os quais a vida urbana era sinônimo de ascensão e, de modo particular, eram indivíduos beneficiados pelos direitos adquiridos com a legislação trabalhista. Não havia tempo, nem condições políticas, para que se pudessem cristalizar reivindicações e tradição organizatória autônomas.

4. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

No plano econômico, Vargas adotou uma política intervencionista, pragmática e nacionalista. Já em 1931, diante das repercussões da crise de superprodução que abalou o mundo capitalista, mormente as economias periféricas, criou-se o Conselho Nacional do Café (mais tarde denominado Departamento Nacional do Café), para defender os preços desse produto com financiamentos do Banco do Brasil. Adotou-se a política do “equilíbrio estatístico” e das “cotas de sacrifício”, comprando-se parte das safras e destruindo-a, além de se desestimularem os investimentos no setor, por meio da instituição de uma taxa sobre cada novo cafeeiro plantado. Em 1938 e no começo de 1939, pressionado pelos *deficit* da balança de pagamentos, o governo congelou a dívida externa. Com o objetivo de modernizar a agricultura, foram criados os Institutos do Açúcar e do Alcool, do Mate e do Pinho, e incrementou-se a produção algodoeira. No setor industrial, foi adotado o modelo de “substituição de importações”, em razão das dificuldades do País em importar e, particularmente, da conjuntura mundial marcada pela Grande Guerra de 1939 a 1945. Assim, em 1941, foi criada, com capital norte-americano, a Companhia Siderúrgica Nacional, e iniciada a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda; em 1942, também foi criada a Companhia Vale do Rio Doce, para a extração de minério de ferro.

5. SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Com a invasão da Polônia, em setembro de 1939, eclodiu a Segunda Guerra Mundial. O conflito, desdobramento da Guerra de 1914 a 1918 e das crises do capitalismo, envolveu dois blocos distintos: o Eixo, formado pela Alemanha, Itália e Japão, e os Aliados, que contaram com a presença da Grã-Bretanha, União Soviética, Estados Unidos e outros países.

6. POLÍTICA EXTERNA DO ESTADO NOVO

Apesar das afinidades ideológicas do Estado Novo e das relações comerciais do Brasil com os regimes totalitários de direita, Vargas, inicialmente, manteve-se neutro no conflito mundial. Não obstante, havia homens do governo, como Filinto Müller, chefe de polícia do Rio de Janeiro, Eurico Dutra e Góis Monteiro, ministros militares, e o jurista Francisco Campos, abertamente favoráveis ao Eixo. No outro extremo, Osvaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, liderava a corrente favorável aos EUA. Porém, o bloqueio econômico inglês ao comércio alemão e a ofensiva político-ideológica do presidente Roosevelt na América Latina obrigaram Vargas a definir-se pelos aliados. Foi nesse contexto que, em 1940, o Brasil negociou com os EUA um empréstimo para a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda e permitiu que tropas norte-americanas se instalassem no Nordeste.



7. O BRASIL ENTRA NA GUERRA

No início do ano de 1942, o Brasil rompeu relações com o Eixo e firmou um acordo secreto de natureza político-militar com os EUA. Nesse mesmo ano, cinco navios mercantes brasileiros foram afundados por submarinos germânicos. Esse episódio provocou uma onda de indignação por parte da população brasileira e serviu de pretexto para a declaração de guerra aos países do Eixo. Por iniciativa do

governo brasileiro, apesar das restrições dos ingleses e norte-americanos, Vargas resolveu enviar tropas para lutar no exterior. Foi assim que surgiu a Força Expedicionária Brasileira (FEB), cujo comando foi entregue ao general João Batista Mascarenhas de Moraes. Em julho de 1944, desembarcou na Itália o primeiro contingente da FEB. As vitórias de Monte Castelo, Castelnuovo, Montese e Zocca foram demonstrações do esforço de guerra dos soldados brasileiros. Muitos desses combatentes eram homens humildes, recrutados nas favelas e que se portaram com bravura, reconhecida pelos próprios inimigos. No Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, construído no Aterro da Glória no Rio de Janeiro, estão as cinzas de 454 soldados brasileiros que tomaram no campo de batalha, lutando contra o nazifascismo.

A participação oficial do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ao lado dos aliados, contra o Eixo nazifascista, criou no seio das Forças Armadas uma contradição que abalou os alicerces da ditadura do Estado Novo, abrindo perspectiva para a redemocratização do País.

8. OS CAMINHOS DA REDEMOCRATIZAÇÃO

❑ O Manifesto dos Mineiros

Em outubro de 1943, foi divulgado o *Manifesto dos Mineiros*, no qual políticos e intelectuais de Minas Gerais reconheciam "que o Brasil está em fase de progresso material e tem sabido mobilizar muitas das suas riquezas naturais, aproveitando inteligentemente as realizações do passado e as eventualidades favoráveis do presente. A ilusória tranquilidade e a paz superficial que se obtêm pelo banimento das atividades cívicas e que podem parecer propícias aos negócios e ao comércio, ao ganho e à própria prosperidade, não são nunca benéficas ao revigoramento dos povos". Assinavam o documento, entre outros, Virgílio de Melo Franco, Afonso Arinos, Milton Campos, Magalhães Pinto, Adauto Cardoso, Odilon Braga, Pedro Aleixo e Bilac Pinto, todos eles futuros líderes da UDN, após a guerra, e que foram demitidos de seus cargos

em função do manifesto. A estes acrescentam-se alguns elementos do extinto PD de São Paulo (Paulo Nogueira Filho, Júlio de Mesquita e Waldemar Ferreira) e os políticos eliminados pelo golpe de 1937 (Lima Cavalcanti, Juracy Magalhães, Otávio Mangabeira, Flores da Cunha e José Américo). O Rio de Janeiro e o Distrito Federal eram representados por Raul Fernandes, Prado Kelly, José Eduardo Macedo Soares e Carlos Lacerda. Todos estes também se encontrariam nas fileiras da UDN após o conflito. O manifesto exigia timidamente a "redemocratização do País". A conjuntura da guerra e o esgotamento da ditadura do Estado Novo levaram o próprio Vargas a declarar, em novembro de 1943, que "quando terminar a guerra, em ambiente próprio de paz e ordem, com as garantias máximas à liberdade de opinião, reajustaremos a estrutura política da Nação, fazendo de forma ampla e segura as necessárias consultas ao povo brasileiro".

❑ I Congresso Brasileiro de Escritores

Em janeiro de 1945, o I Congresso Brasileiro de Escritores manifestou-se abertamente favorável ao restabelecimento do Estado de Direito e as declarações do escritor e ex-ministro José Américo de Almeida, publicadas no *Correio da Manhã*, alcançaram grande repercussão.

❑ Ações de redemocratização

O próprio Vargas foi obrigado a reconhecer a nova realidade por meio de uma série de medidas redemocratizantes: compromisso de realizar eleições gerais em 2 de dezembro de 1945, fim da censura à imprensa, libertação dos presos políticos e uma Lei Orgânica dos Partidos que permitia a formação de agremiações político-partidárias.

❑ O pluripartidarismo

A União Democrática Nacional (UDN) reunia antigos jornalistas liberais, como Assis Chateaubriand (proprietário de uma cadeia de jornais), Júlio de Mesquita Filho (de *O Estado de S. Paulo*) e Paulo Bittencourt (do *Correio da Manhã*), elementos da burguesia comercial contrários ao inter-

vencionismo estatal e ao nacionalismo populista de Vargas, as camadas médias urbanas prejudicadas pela volta da inflação, enfim, todos aqueles que se opunham à ditadura getulista e ao estatismo do modelo econômico do Estado Novo.

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado sob inspiração do trabalho peleguista de Vargas, mobilizou a burocracia sindical para estabelecer um vínculo com as camadas populares urbanas que conservavam a imagem de Getúlio como o "Pai dos Pobres". Destarte, o PTB adquiriu uma feição declaradamente populista.

O Partido Social Democrático (PSD) era outra agremiação de base governista, mas possuía um caráter mais conservador que o PTB. Integravam-no os interventores nomeados por Getúlio para atuar nos Estados, as oligarquias e os banqueiros – todos beneficiados pelo Estado construído durante a ditadura. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) fora fundado em 1922, em meio à conjuntura de crise da República Velha e de expansão do comunismo soviético. Legalizado em 1945, defendia a tese da ditadura do proletariado e utilizava como estratégia política a aliança com as "forças progressistas", isto é, com outras correntes de esquerda. Seu líder máximo era Luís Carlos Prestes, preso desde 1936 (em consequência da fracassada Intentona Comunista de 1935) e que fora libertado quando da anistia concedida aos presos políticos por Getúlio. Outros partidos políticos organizaram-se nessa época. Um deles era o Partido de Representação Popular (PRP), que reunia antigos integralistas sob a direção de Plínio Salgado. Esse pluripartidarismo refletia a heterogeneidade da própria sociedade brasileira e os interesses de classe de um País ainda agrário, mas que caminhava para a consolidação do capitalismo industrial e urbano.

9. A CAMPANHA QUEREMISTA E A QUEDA DE GETÚLIO VARGAS

Em meio à campanha eleitoral para a Presidência da República, já apresentadas as candidaturas do general Eurico Dutra pelo PSD, do

brigadeiro Eduardo Gomes pela UDN e de Plínio Salgado pelo PRP, surgiu o “queremismo”. Organizado pelos trabalhistas com o *slogan* “Queremos Getúlio”, esse movimento contou com o surpreendente apoio dos comunistas, cuja palavra de ordem era ligeiramente diferente (“Constituinte com Getúlio”). Quando Vargas, aparentemente alimentando intenções contínuistas, nomeou seu próprio irmão

chefe de polícia do Distrito Federal, os militares, pressionados pelas oposições antigetulistas e preocupados com a natureza popular do movimento queremista, depuseram o ditador em 29 de outubro de 1945. Com a queda de Vargas, o Poder Executivo passou a ser exercido por José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal. A eleição presidencial deu a vitória ao candidato do PSD,

general Eurico Gaspar Dutra, o qual contou com o apoio ostensivo do PTB getulista. Os comunistas acabaram lançando um candidato próprio, que obteve escassa votação. O processo de redemocratização iria completar-se em setembro de 1946, quando os deputados e senadores constituintes, eleitos igualmente em dezembro de 1945, promulgaram a nova Constituição brasileira.

10. CRONOLOGIA

1937 – Golpe que implanta o Estado Novo; Carta Outorgada e extinção de todas as agremiações político-partidárias.

1938 – Criação do Conselho Nacional de Petróleo e tentativa de golpe integralista.

1939 – Criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

– Início da Segunda Guerra Mundial.

1940 – Vargas cria o salário-mínimo.
– Empréstimo do Eximbank para financiar a Usina Siderúrgica de Volta Redonda.

1941 – Criação do Ministério da Aeronáutica, da Companhia Siderúr-

gica Nacional de Volta Redonda e do imposto sindical.

– Criação da Companhia Siderúrgica Nacional.

1942 – Afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães e declaração de guerra à Alemanha e Itália.

– Rompimento das relações diplomáticas com o Eixo Roma-Berlim-Tóquio.

1943 – Criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

– Criação da Força Expedicionária Brasileira.

– Manifesto dos Mineiros.

1944 – Envio de tropas da FEB para os campos da Itália.

– A FEB integra-se ao IV

Corpo do Exército norte-americano na Itália.

1945 – Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores.

– Fim da Segunda Guerra Mundial.

– Ato Adicional convoca eleições gerais.

– Lei da Anistia Política.

– Legalização da UDN, PSD, PTB, PCB e PRP.

– Golpe militar depõe Getúlio Vargas.

– Presidência interina de José Linhares.

– Eleições gerais com vitória de Dutra para a Presidência da República.

MÓDULO 48

Populismo na América Latina

1. CONCEITO

O *Novo Dicionário Aurélio* define *populismo* como “política fundada no aliciamento das classes sociais de menor poder aquisitivo”. Na verdade, o vocábulo tem recebido diferentes conceitos, uma vez que pode indicar um determinado tipo de Estado ou movimento de massas, ou ainda um conjunto de relações entre um líder político e as massas populares. A teoria política conceitua o populismo como uma política de Estado que pretendeu satisfazer as necessidades mais imediatas das camadas populares sem alterar a estrutura de poder dominante. Boris Fausto, por exemplo, afirma que “o populismo foi um comportamento político, um estilo de política, uma orientação de política

pela qual o Estado, sobretudo, promoveu uma tentativa, no plano econômico, de desenvolvimento nacional autônomo, reunindo em torno de si diferentes classes sociais – em alguns casos, especialmente, a classe operária”. Nesse sentido, o populismo pode ser entendido como um “recurso político” em que o Estado é a principal personagem.

2. OS MECANISMOS DO ESTADO POPULISTA

A manipulação das massas urbanas pelo Estado populista foi executada pela figura de um líder carismático, paternalista, nacionalista, capaz de seduzir e empolgar os grupos mais carentes, obtendo sua fidelidade absoluta. Para isso, as lide-

ranças populistas apelaram para a demagogia, com promessas de solução de todos os problemas que afligiam as camadas mais humildes da população. Além disso, o chefe populista intervinha nas sociedades civis, como sindicatos, associações de bairro, fundações, controlando-as por meio de legislação específica. Além de controlar e manipular as reivindicações das massas urbanas, os líderes e o Estado populista abriam espaços para os interesses das elites proprietárias, rurais e urbanas.

3. CONTEXTO HISTÓRICO DO POPULISMO

As raízes do populismo na América Latina vinculam-se ao processo de desintegração do Estado Oligárquico

e ao fenômeno da industrialização retardatária dos países periféricos do capitalismo internacional. Por isso mesmo, o sociólogo Francisco Weffort, que estudou o fenômeno do populismo, afirma que "o populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares, mas foi também um modo de expressão das suas insatisfações. Foi, ao mesmo tempo, uma forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano. Foi um dos mecanismos pelos quais os grupos dominantes exerciam seu domínio, mas foi também uma das maneiras pelas quais esse domínio se encontrava potencialmente ameaçado. Esse estilo de governo e de comportamento político é essencialmente ambíguo e, por certo, deve muito à ambiguidade pessoal desses políticos divididos entre o amor ao povo e o amor ao poder".

4. O POPULISMO NO BRASIL (1930-1964)

As origens do populismo no Brasil estão associadas à crise do Estado Oligárquico, ao modelo agroexportador baseado na lavoura cafeeira e ao processo de industrialização e urbanização, particularmente no eixo Rio-São Paulo. O chamado "vazio de poder" da década de 1920, vinculado à organização do proletariado urbano e à ascensão da incipiente burguesia e das classes médias urbanas, abriu perspectiva para a eclosão da Revolução de 1930, que eliminou a política Café com Leite, levando ao poder o

gaúcho Getúlio Dornelles Vargas. A presença de Getúlio no cenário político brasileiro durante 24 anos (1930-1954) levou-nos a chamar esse período de Era Vargas.

5. O POPULISMO FORA DO BRASIL

Como fenômeno político latino-americano, o populismo desenvolveu-se nas décadas de 1930 e 1940 no México, com Lázaro Cárdenas; no Equador, com Velasco Ibarra; e na Argentina, com Juan Domingo Perón. Lázaro Cárdenas, do Partido Nacional Revolucionário, foi eleito presidente do México em julho de 1933, apoiando-se nas massas populares, especialmente os camponeses, que esperavam o cumprimento das leis da Revolução Mexicana de 1910, que continuavam letra morta.

A partir daí, a luta do Estado contra os conservadores e contra a Igreja tomou um novo rumo. Em 1935, foi decretada a expulsão dos padres e os bens eclesiásticos foram confiscados. O presidente Cárdenas anunciou um Plano Sexenal de Desenvolvimento, que deu ao Estado uma participação maior na economia, permitindo a distribuição de terras aos homens do campo. Além disso, o populismo se fez sentir por meio da nacionalização de empresas petrolíferas estrangeiras e da criação do monopólio estatal do petróleo (Pemex). A maioria das empresas nacionalizadas era norteamericana, imprimindo um caráter anti-imperialista à política do governo. O populismo de Cárdenas viabilizou o capitalismo mexicano e criou o

trabalhismo, arma política das lideranças populistas. Na Argentina, o populismo está indissolúvelmente ligado à figura de Juan Domingo Perón. Esse oficial do Exército argentino ocupou, inicialmente, a *Secretaria de Trabajo y Previsión*, na qual adotou uma política de aumentos de salários e de aplicação de leis trabalhistas que haviam sido aprovadas no primeiro governo de Irigoyen (1916-22). A popularidade de Perón levou o governo militar do general José Uriburu a demiti-lo. Isso provocou manifestações populares em Buenos Aires no dia 17 de outubro de 1945. Depois desse episódio, Perón fundou o Partido Laborista e candidatou-se à Presidência, em fevereiro de 1946. Embora a reação dos grandes proprietários e dos EUA tenha sido muito violenta, Perón tomou posse como presidente numa conjuntura bastante favorável. A Argentina, bem como o Brasil, havia-se beneficiado enormemente com a Segunda Guerra Mundial. Assim, o peronismo, como o varguismo, transformou o Estado num instrumento desenvolvimentista. Várias empresas estrangeiras foram nacionalizadas, embora o governo tenha mantido as concessões para a exploração do petróleo. O proletariado urbano, por meio da Confederação Geral do Trabalho (CGT), ficou sob controle do governo, gerando o "peleguismo sindical". Em 1949, uma Assembleia Constituinte convocada por Perón promulgou uma nova Constituição, que defendia a propriedade individual com função social: o subsolo era considerado propriedade do Estado; o governo poderia intervir na economia; e o presidente teria direito à reeleição.

6. CRONOLOGIA

1929 – Crise do capitalismo internacional com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York (conhecida também como "crack da bolsa") e desintegração dos Estados Oligárquicos na América Latina.

1930 – Ascensão de Getúlio Vargas e início do Estado populista no Brasil.

1933 – Eleição de Lázaro Cárdenas e início do populismo no México; eleição de José Maria Velasco de Ibarra

e início do populismo no Equador.

1945 – Fim da ditadura do Estado Novo no Brasil.

1946 – Início da democracia populista no Brasil; Juan Domingo Perón funda o Partido Laborista e é eleito presidente da Argentina.

1950 – Getúlio Vargas é eleito presidente constitucional do Brasil.

1951 – Perón é reeleito presidente da Argentina; início do populismo na Bolívia com a eleição de Víctor Paz Estenssoro.

1954 – Suicídio de Getúlio Vargas e início da crise do populismo no Brasil.

1955 – Perón é deposto por um golpe militar.

1964 – Golpe militar derruba João Goulart, pondo fim ao populismo no Brasil.

1968 – Golpe militar chefiado pelo general Juan Velasco Alvarado implanta o "populismo militar" no Peru.

1972 – Fim do populismo no Equador com a deposição de Ibarra pelos militares.

MÓDULO 19

O Neocolonialismo

1. A CORRIDA COLONIALISTA

Para evitar o pagamento de salários mais altos, os empresários passaram a investir em tecnologia. Isso barateava o custo da produção e ao mesmo tempo diminuía o número de trabalhadores necessários. Em compensação, não havia quem pudesse comprar as mercadorias, forçando a queda dos preços. Essa foi a primeira grande depressão do capitalismo, iniciada em 1873 e só terminada em 1896.

Duas foram as saídas para a crise: a primeira foi a concentração do capital, com a formação de grandes empresas capazes de resistir à crise e não ir à falência; a segunda foi a abertura de novos mercados consumidores de produtos industrializados na África e na Ásia, originando um novo colonialismo. Nas colônias seriam investidos também os lucros da produção industrial que não pudessem ser investidos no aumento da produção europeia, pois isso agravaria a crise de superprodução. Além do mais, a rentabilidade desses empréstimos seria mais alta nos lugares onde os capitais fossem utilizados na implantação de uma infraestrutura nos países mais pobres: iluminação, energia, transporte, etc. As colônias, além de consumidoras de produtos industrializados, forneceriam à metrópole alimentos e matérias-primas estratégicas, como o petróleo. Para as colônias seriam também carregados os excedentes demográficos que agravavam os problemas sociais das metrópoles, evitando-se assim a perda dessa mão de obra com a emigração. As colônias transformar-se-iam em elementos de prestígio no concerto internacional das nações: população maior para o recrutamento militar, pontos de apoio para a Marinha, pontos de abastecimento para as rotas oceânicas. Finalmente, as sociedades geográficas estimulavam as viagens de exploração pelo continente africano e asiático, e os missionários desejavam expan-

dir a fé cristã e a civilização do homem branco, considerada superior e desejável pelas teorias racistas formuladas com base nas ideias de Darwin.

A corrida colonialista do século XIX começou com o rei Leopoldo II da Bélgica, que formou uma sociedade capitalista internacional para explorar economicamente o Congo. Inglaterra, França, Espanha, Portugal e Estados Unidos participaram da partilha colonial. A Itália e a Alemanha entraram tardiamente na disputa, por estarem envolvidas em seus processos de unificação.

2. DIFERENÇAS ENTRE O COLONIALISMO DO SÉC. XVI E O DO SÉC. XIX

Houve diferenças marcantes entre a expansão colonial europeia do século XVI e a do século XIX. No primeiro caso, a preocupação fundamental foi a de encontrar metais preciosos, mercados abastecedores de produtos tipicamente tropicais e mercados consumidores dos produtos manufaturados europeus; o interesse colonialista concentrou-se, nessa época, principalmente nas terras da América.

No século XIX, o colonialismo mudou seu rumo, dirigindo-se para a África e a Ásia, onde havia imensas porções territoriais inteiramente desconhecidas. Os fatores que explicam o renascimento do colonialismo são mais complexos: aos interesses econômicos – que continuaram sendo os principais – juntaram-se outros, sociais, políticos e até religiosos e culturais.

Nessa época, vários países europeus estavam passando pela Revolução Industrial. Todos eles precisavam encontrar uma fonte de matéria-prima industrial – carvão, ferro, petróleo – e produtos alimentícios que faltavam em suas terras; precisavam também de mercados consumidores para os seus excedentes industriais, além de novas regiões onde pudessem investir com boa renda os seus capitais disponíveis (construindo estradas de ferro ou explo-

rando minas, por exemplo). Acrescentando-se o fato de que a população europeia crescia num ritmo acelerado e precisava encontrar novas terras onde pudesse se estabelecer.

No plano político, os Estados europeus estavam preocupados em aumentar seus contingentes militares, para fortalecer sua posição entre as demais potências. Possuindo colônias, contariam com maior disponibilidade de recursos e de mão de obra para os seus exércitos.

Motivos de ordem religiosa e cultural incentivaram, igualmente, o colonialismo no século XIX: os missionários desejavam converter africanos e asiáticos à sua crença, e havia gente que considerava ser o dever dos europeus difundir a sua civilização entre esses povos, considerados primitivos e atrasados. Essas preocupações civilizadoras, porém, foram, principalmente, pretexto para justificar a colonização.

3. O PROCESSO DA PARTILHA COLONIAL

Em 1830, a França deu o primeiro passo na conquista da África. Seus exércitos iniciaram a conquista da Argélia, que somente seria completada em 1857. Leopoldo II da Bélgica, em 1876, deu novo impulso ao colonialismo. Reuniu em Bruxelas um congresso de presidentes de sociedades geográficas, com o objetivo, segundo ele, de difundir a civilização ocidental. No fundo, seus interesses eram meramente espoliativos.

Formou-se, então, uma Associação Internacional Africana e, posteriormente, um Comitê de Estudos do Alto Congo para iniciar a exploração e a conquista do Congo Africano. Os capitais que financiavam a sociedade eram de particulares, sendo um dos principais contribuintes o próprio Leopoldo II da Bélgica.

Os demais países europeus lançaram-se rapidamente à aventura africana. A França conquistou a Argélia, Tunísia,

África Equatorial, Costa da Somália, Madagascar; os ingleses anexaram a Rodésia, União Sul-Africana, Nigéria, Costa do Ouro e Serra Leoa; a Alemanha, que entrou tardiamente na corrida colonial, adquiriu apenas Camarões, África Sudoeste e África Oriental; e a Itália anexou o litoral da Líbia, Eritreia e Somália.

Os antigos países colonizadores da Europa, Portugal e Espanha, ficaram com porções reduzidas: a Espanha, com Marrocos Espanhol, Rio do Ouro e Guiné Espanhola; Portugal, com Moçambique, Angola e Guiné Portuguesa.

A Conferência de Berlim, convocada por Bismarck, primeiro-ministro da Alemanha, foi o marco mais importante na corrida colonialista. Sua finalidade primeira foi legalizar a propriedade pessoal do rei Leopoldo II da Bélgica sobre o Estado Livre do Congo e estabelecer as regras da “partilha da África” entre as principais potências imperialistas.

A corrida colonial africana produziu inúmeros atritos entre os países colonialistas, constituindo de fato um dos fatores básicos do desequilíbrio europeu responsável pela eclosão da Primeira Guerra Mundial.

4. A PENETRAÇÃO EUROPEIA NA ÁSIA

A Ásia mantivera-se isolada até o século XIX. Apenas alguns portos estavam abertos aos comerciantes ocidentais que aí recebiam os produtos orientais para comercialização no Ocidente, permanecendo, assim, quase imune às influências ocidentais.

Essa situação modificou-se radicalmente no transcorrer do século XIX. Os países ocidentais passaram do simples comércio portuário para a política de zonas de influências, promovendo uma verdadeira partilha. Começaram os investimentos em ferrovias, que abriram o mercado asiático para os produtos ocidentais.

A Rússia era o país mais interessado na expansão territorial da Ásia, graças à proximidade com seu território. Chocou-se com os ingleses na Ásia Central e com o Japão na Manchúria, depois da construção da estrada de ferro que ia de Moscou a Vladivostok, no litoral do Pacífico.

Os ingleses haviam tomado a Índia dos franceses em 1763, ficando

uma companhia inglesa encarregada da exploração. Em 1858, deu-se a revolta dos nativos que serviam nos exércitos coloniais, os cipayos. Isso fez com que a Índia fosse integrada ao Império Britânico.

Na China, a Guerra do Ópio, motivada pela destruição de carregamentos de ópio pertencentes a súditos ingleses, pelos chineses, permitiu a conquista de Hong Kong, Xangai e Nanquim. Outras expedições militares foram organizadas a pretexto de punição pela morte de missionários, provocando a abertura de novos portos.

Os japoneses ocuparam a Coreia, e os alemães, a península Chantung, enquanto a França dominava a Indochina.

A reação contra a invasão da China partiu dos Boxers, que promoviam atentados contra os estrangeiros residentes na China. As nações europeias organizaram uma expedição conjunta para punir a sociedade e o governo chinês que a apoiava, surgindo daí a Guerra dos Boxers, que completou a dominação da China pelas potências ocidentais.

5. A ADMINISTRAÇÃO COLONIAL

Na área de dominação francesa, foram dois os tipos básicos de colonização: colônias e protetorados. As colônias ficavam sob direta supervisão do Ministério das Colônias, sendo governadas localmente por um governador-geral, responsável pela atividade colonial. Os protetorados, por sua vez, mantinham elevado grau de autonomia, com um Parlamento eleito localmente e os domínios, que eram praticamente independentes.

A forma de organização administrativa nas demais colônias, pertencentes aos outros países europeus, não variava muito em relação aos dois tipos apresentados, isto é, colônias propriamente ditas e dependências semiautônomas.

6. A EXPLORAÇÃO COLONIAL

De uma maneira geral, os países colonialistas da Europa procederam de maneira empírica na organização do sistema de exploração colonial. Os ingleses constituíram exceção porque possuíam um imenso império colonial que lhes permitia uma variedade extraordinária de recursos materiais e

humanos. A política econômica livre-cambista, adotada na Inglaterra após 1850, estendeu-se às colônias, uniformizando suas relações econômicas, tanto com a Inglaterra quanto com os demais países do mundo.

A França adotou uma política tarifária variante. Dependia da colônia e dos tipos de produtos que produzia e comercializava. A ocupação de terras coloniais criou problemas sérios para a administração europeia. Os colonos vindos das metrópoles queriam adquirir terras que teriam de ser expropriadas dos indígenas. Para isso, utilizava-se da confiscação de terras disponíveis, fixando as tribos em reservas.

A exploração econômica das terras foi concedida a particulares, visando a encorajar a colonização. Somente as grandes companhias capitalistas tinham condições de empreender a exploração, que necessitava de uma vultosa soma de capitais.

Os empreendimentos industriais nas colônias praticamente inexistiam, evidentemente para evitar a concorrência com a produção metropolitana. Por isso, as únicas indústrias que conseguiram sobressair, impulsionando a economia colonial, eram as extrativistas de minerais e vegetais, que utilizavam a abundante mão de obra e a matéria-prima disponível.

A construção de estradas de ferro nas colônias significou o interesse de particulares em obter elevados rendimentos. Era apenas um negócio lucrativo, não apresentando nenhuma preocupação em relação ao desenvolvimento das vias de comunicação colonial, visando apenas a incrementar o comércio metropolitano.

7. CRONOLOGIA

1763 – Tomada da Índia pelos ingleses.

1830 – Invasão da Argélia pela França.

1840-1842 – Guerra do Ópio na China.

1857 – Comitê de Estudos do Alto Congo.

– Completa-se a conquista da Argélia.

1857 – Formação da Associação Internacional Africana.

1858 – Revolta dos Cipayos na Índia.

1884-1885 – Conferência de Berlim.

1900 – Rebelião dos Boxers, na China.

1. AS ORIGENS DA GUERRA

De um lado, a concentração capitalista, com a formação de enormes cartéis e trustes que disputavam os mercados mundiais; de outro, a corrida colonialista. Eis os fatores fundamentais do primeiro conflito mundial, irrompido em 1914.

A França saiu do isolamento na Europa Ocidental em 1904 ao aliar-se com a Inglaterra (Entente Cordiale). A Alemanha sentiu-se ameaçada. Por isso, quis dar uma demonstração de força. Como o acordo franco-inglês previa a supremacia francesa no Marrocos, os alemães opuseram-se violentamente, mais para testar a força da aliança anglo-francesa do que pelos interesses que tinham no Marrocos.

Enquanto uma missão diplomática francesa discutia, em Fez, com representantes do Império Turco os termos do acordo, o imperador Guilherme II desembarcou em Tânger (1905), ameaçando a França.

A pressão germânica provocou a convocação de uma conferência internacional que se realizou em Algeiras em 1906. Confirmou-se a supremacia francesa na região disputada e foram concedidas à Alemanha terras no sudoeste africano.

Novo incidente ocorreu em 1911, quando as tropas francesas entraram em Fez para garantir a integridade dos europeus, ameaçados por revoltosos. Um navio de guerra alemão foi enviado a Agadir para defender os interesses alemães. O incidente foi contornado com a concessão do Congo Francês aos alemães.

Em 1908, a Áustria-Hungria aneou a região da Bósnia, contrariando os interesses da Sérvia e da Rússia, que perdia a hegemonia na região.

Os nacionalismos europeus foram o estopim, servindo como causa imediata o assassinato do arquiduque austríaco Francisco Ferdinando, ocorrido na cidade de Sarajevo (capital da Bósnia), por instigação da Sérvia.

O incidente, que poderia ter apenas significado local, transformou-se rapidamente em uma crise europeia

por causa da política de alianças então vigente e que dividira as potências em dois blocos: Tríplice Entente (Rússia, Grã-Bretanha e França) e Tríplice Aliança (Alemanha, Áustria, Hungria e Itália); no entanto, a Itália retirou-se do bloco, pois recusava-se a lutar pela defesa dos interesses austríacos.

2. AS OPERAÇÕES MILITARES

Vários foram os motivos que levaram à guerra. Quando a Sérvia entrou em guerra com a Áustria-Hungria em julho de 1914, a Rússia apoiou a Sérvia, e a Alemanha, a Áustria.

O crescimento da Sérvia vinha preocupando a Áustria, na medida em que se acentuava o nacionalismo dos povos balcânicos. Os russos temiam a expansão austríaca sobre os povos eslavos dos Bálcãs.

O apoio dado pela França e Alemanha aos contendores deveu-se ao fato de que nenhum dos dois podia arriscar-se em seus cálculos de segurança, nem se furtar aos acordos político-militares feitos anteriormente.

A Bélgica foi invadida pelos alemães, e, portanto, obrigada a entrar na guerra, porque o plano alemão, preparado havia longo tempo, previa a invasão da França pelo norte, com um avanço sobre Paris, o que tornava imprescindível a passagem pela Bélgica.

A Inglaterra apoiou a Bélgica em razão da quebra de sua neutralidade por parte dos alemães, mas principalmente pelo crescente poderio da Marinha de Guerra germânica, que ameaçava a hegemonia naval britânica.

O Japão entrou na guerra contra a Alemanha porque isto lhe permitiria apossar-se das possessões alemãs em território chinês e no Pacífico.

O Império Otomano aliou-se aos alemães, dominadores em potencial dos turcos, pelo perigo mais imediato representado pelos russos. A Bulgária juntou-se à Tríplice Aliança pela oposição à Sérvia, que se unira à Entente.

Os italianos, que até o início da guerra permaneciam dentro da Tríplice Aliança, passaram para a Entente, assim que, pelo Tratado de Londres de 1915, receberam a promessa de aquisições territoriais na Turquia, Áustria e colônias alemãs.

Finalmente, a entrada dos Estados Unidos ao lado dos aliados, justificada pelo afundamento de barcos norte-americanos pelos germânicos, resultou puramente do bloqueio que os submarinos alemães impuseram ao transporte de mercadorias norte-americanas para os aliados na Europa, e pelos prejuízos econômicos que isto representava.

Considerando-se as rapidíssimas campanhas militares germânicas de 1864, 1866 e 1870-71, a guerra inicia-



A divisão da África às vésperas da Primeira Guerra Mundial.

da em 1914 foi bastante longa. Comparada com as Guerras Napoleônicas, entretanto, foi bastante rápida.

Os adversários no conflito eram os seguintes: de um lado, a Alemanha e a Áustria-Hungria; do outro, os aliados – Rússia, Sérvia, França, Bélgica e o Império Britânico.

Posteriormente, novos beligerantes entraram de um lado e de outro. A Turquia (1914) e a Bulgária (1915) uniram-se aos Impérios Centrais. Os aliados receberam o apoio do Japão (1914), Portugal e Romênia (1916), Estados Unidos, Grécia e Brasil (1917).

As forças em confronto equilibravam-se no início da guerra: mais ou menos o mesmo número de habitantes e de divisões mobilizadas. As diferenças estavam nos equipamentos bélicos e nos recursos materiais. Por exemplo, os aliados não possuíam canhões pesados de longo alcance, mas em compensação dominavam os mares, graças ao poderio naval inglês.

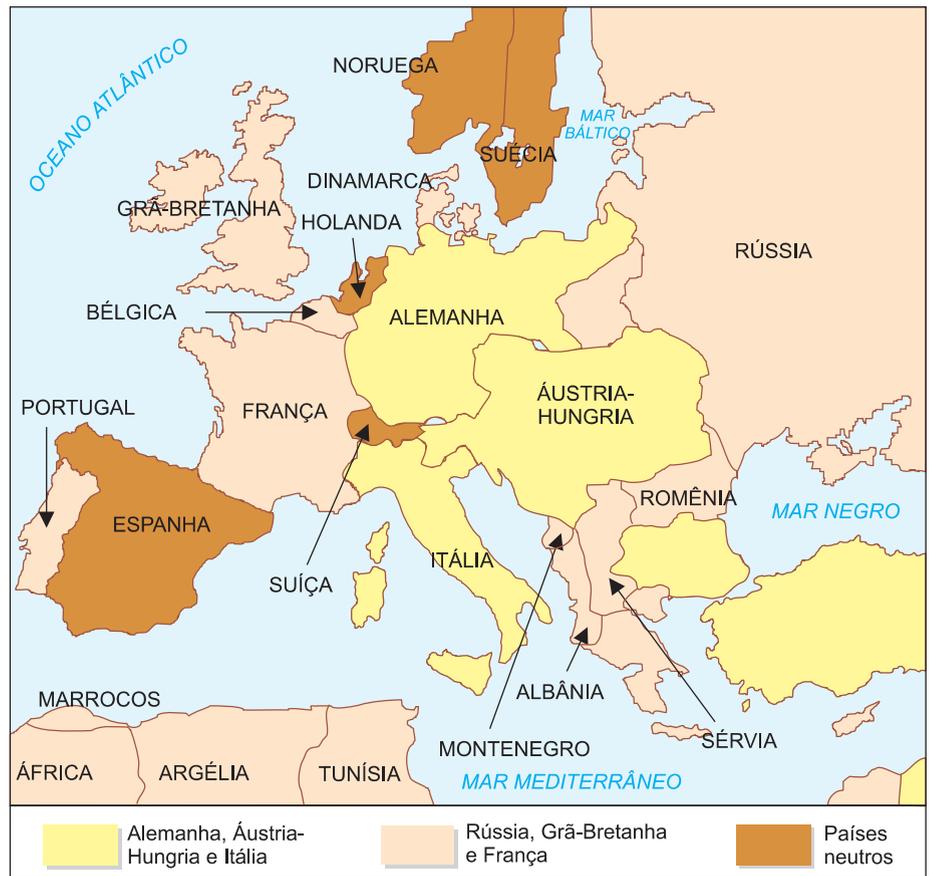
A primeira fase da guerra caracterizou-se pela movimentação. Várias batalhas foram travadas em território francês, para conter o avanço alemão que objetivava Paris (Plano Schlieffen).

Os alemães lançaram a ofensiva na Bélgica, sendo temporariamente detidos em Liège. Os franceses tiveram tempo de organizar-se e mesmo de receber apoio de tropas inglesas, mas os alemães dominaram a Bélgica e penetraram no norte da França. A ofensiva geral ordenada por Von Moltke foi detida no Marne, retirando-se os alemães para uma linha mais recuada.

Os movimentos maciços tentados pelos dois exércitos tiveram poucos resultados positivos. Cada avanço de alguns quilômetros custava milhares de homens, afora uma longa preparação.

Na Frente Oriental, os russos invadiram a Prússia, sendo derrotados. Os sérvios resistiram por duas vezes às investidas austríacas. Os aliados, que controlavam o mar, tomaram todas as colônias alemãs.

De 1915 a 1918, desenrolou-se a guerra de trincheiras, sem resultados decisivos, mas com grandes perdas para ambos os lados. Enquanto isso, as indústrias dos países



em choque procuravam aperfeiçoar os instrumentos de combate, alimentando as frentes.

Em 1915, os aliados foram barrados na tentativa de controlar o Dardanelos. A Sérvia foi conquistada pelos austro-húngaros, bem como a Polônia e Lituânia pelos alemães. Os assaltos alemães a Verdun marcaram o ano de 1916. Os franceses resistiram sob a chefia de Pétain. Os generais alemães Hindenburg e Ludendorff, vencedores na Frente Oriental contra os russos, procuravam deter a ofensiva aliada, que se orientava pela França e pela Itália.

No mar, a grande batalha foi travada na Jutlândia (maio de 1916), entre ingleses e alemães, permanecendo o resultado indeciso.

O ano de 1917 foi decisivo para o curso da guerra. Os ataques dos submarinos alemães contra os barcos mercantes neutros, principalmente norte-americanos, levaram os Estados Unidos à declaração de guerra. Seus recursos agrícolas, minerais e industriais reforçaram decisivamente os aliados.

Na Rússia, a crise gerada pela guerra provocou uma revolução contra o Império. De início, os aliados conseguiram manter os russos na guerra por meio de numerosas promessas, mas a Revolução de Outubro de 1917, de orientação comunista, fez os russos saírem da guerra, pelo Tratado de Brest-Litovsk.

O alívio da Frente Oriental foi tremendamente favorável aos alemães, Hindenburg estabeleceu uma linha fortificada para defender a Alemanha, frustrando as várias tentativas aliadas de ultrapassar essa defesa.

Enquanto isso, os austro-húngaros, reforçados pelos alemães, romperam as defesas italianas nos Alpes e invadiram a Veneza.

Em 1918, a guerra entrou em sua fase final. Os alemães concentraram suas melhores tropas no oeste, na expectativa de vencer antes da entrada maciça dos norte-americanos.

As linhas aliadas foram rompidas. Paris foi bombardeada por aviões (que começavam a atuar com maior eficácia) e por canhões de longo alcance.

A tática da avançada infantaria, sob a proteção da artilharia, canhões motorizados e aviões, permitiu ao novo líder aliado, Foch, vencer os alemães na Segunda Batalha do Marne. Era o início da vitória dos aliados. Vários pontos foram atacados ao mesmo tempo, forçando o deslocamento das tropas alemãs. A pressão sobre as tropas germânicas cresceu também na região da Lorena.

O exército aliado na Macedônia obrigou a Bulgária a depor as armas. Os ingleses venceram os turcos na

Síria, impondo-lhes o armistício. Por fim, os austríacos, vencidos pelos italianos, abandonaram a luta. Restavam somente os alemães.

Os generais comunicaram ao governo que não podiam vencer a guerra. Eram partidários de uma mudança de regime, para evitar que a culpa da derrota recaísse sobre o exército, sobre o Império e sobre os aristocratas que a haviam provocado.

Uma rebelião na esquadra e uma greve em Berlim forçaram Guilherme II a abdicar, refugiando-se na Holan-

da. Em 9 de novembro, a República foi proclamada. No dia 11 do mesmo mês, o novo governo assinou o armistício, aceitando todas as condições impostas pelos aliados.

A guerra tinha terminado, mas o exército alemão guardava ainda a impressão de não ter sido derrotado. A paz fora firmada com exércitos alemães em território inimigo, e sem que nenhum inimigo estivesse em território alemão.

3. CRONOLOGIA

1906 – Conferência de Algeciras, no Marrocos.

1911 – Incidente de Agadir.

1914 – Assassinato de Francisco Ferdinando, em Sarajevo.

– Turquia entrou ao lado da Aliança.

– O Japão apoiou a Entente.

– A Itália declarou-se neutra.

1915 – Bulgária entrou ao lado da Aliança.

– A Itália aliou-se à Entente.

1916 – Portugal e Romênia apoiaram a Entente.

ram a Entente.

1917 – Estados Unidos, Brasil e Grécia apoiaram a Entente.

– A Rússia abandonou a Entente.

1918 – Abdicação do *kaiser* Guilherme II.

MÓDULO 21

Tratados de Paz e Consequências da Primeira Guerra Mundial

1. OS TRATADOS DE PAZ

A guerra iniciada em 1914 englobou a maior parte dos países europeus, tornando-se progressivamente um conflito mundial. Este foi seu aspecto particular em relação aos conflitos anteriores.

De forma global, os fatores da guerra estão ligados aos interesses econômicos dos Estados europeus, à corrida colonialista e ao nacionalismo exacerbado.

No primeiro momento da guerra, a fronteira da França foi cruzada pelos alemães, cujo avanço foi detido em seguida, na Batalha do Marne. Começou, então, a guerra de trincheiras, que se arrastaria quase até ao fim da guerra. No total, sacrificaram-se mais de 10 milhões de vidas.

As tentativas alemãs de ruptura foram contidas pelos aliados, mas em compensação os ataques destes foram detidos pelos alemães. A entrada dos Estados Unidos e a saída da Rússia aceleraram o desfecho da guerra. Os aliados foram favorecidos.

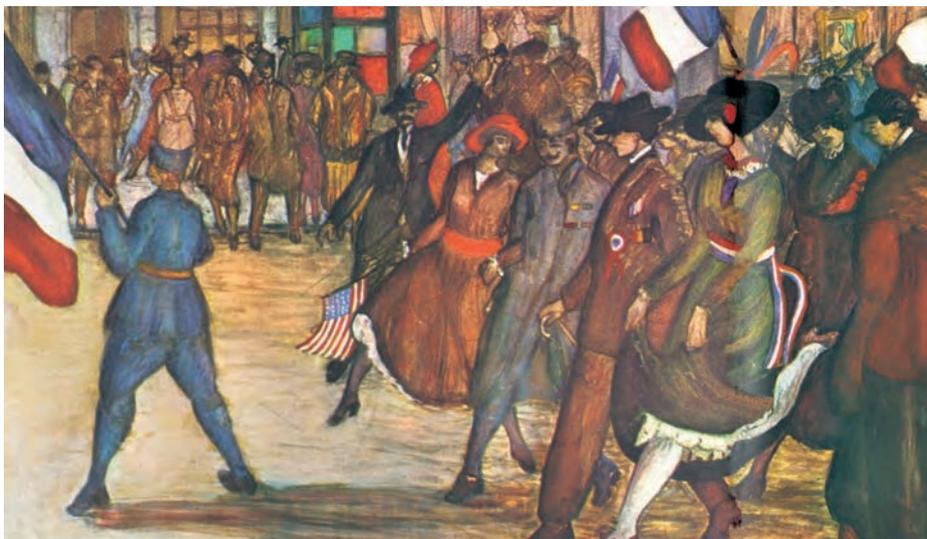
No ano de 1918, travou-se a Batalha da França, última e desesperada

ofensiva alemã, que se extinguiu na Segunda Batalha do Marne. Rompidas as linhas germânicas pela ofensiva de Foch, vencidos os aliados da Alemanha, a esta não restava outra alternativa senão solicitar o armistício.

Antes mesmo que a Grande Guerra findasse, foram feitas várias tentativas para apressar o fim do conflito. Uma das propostas de paz, a do pre-

sidente Wilson dos Estados Unidos, baseada em 14 Pontos, e apresentada em 1917, alcançou êxito. Os alemães renderam-se tendo em vista os itens propostos por Wilson.

Findo o conflito, os aliados reuniram-se em Paris para ditar as regras da paz. Não se tratava de um acordo com a Alemanha, pois esta não estava presente à conferência. Assim, o Tra-



O Dia do Armistício, de Gaspard-Maillol, retrata como os franceses receberam a notícia do colapso alemão. Agitando as bandeiras dos aliados, em 11 de novembro de 1918, os parisienses dançaram nas ruas.

AS FRENTES DE BATALHA EUROPEIAS NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

tado de Versalhes, imposto à Alemanha em 1919, mutilava completamente os 14 Pontos de Wilson, criando ainda outros problemas, como, por exemplo, as reparações de guerra.

A regulamentação da paz com os parceiros dos alemães foi fixada por tratados à parte. De uma forma global, os tratados procuravam abater definitivamente os vencidos. Por outro lado, criavam um instrumento que seria a garantia da paz: a Liga das Nações.

As principais propostas de paz durante a guerra

O impasse que a guerra tinha atingido em 1917, a demonstração de esgotamento geral e os males gerados pelo conflito encorajaram algumas tentativas de paz.

O imperador Carlos I da Áustria propôs à França um acordo de paz em separado, na base do *statu quo* (tudo ficaria como antes da guerra). Sabendo que a Itália se oporia a qualquer tratado que não considerasse seus interesses territoriais, a França deixou morrer a ideia.

O diplomata alemão Von Lancken tentou uma aproximação com a França, tendo sido repudiado pelos franceses, que viam a possibilidade do fim próximo da luta, em razão da entrada dos Estados Unidos.

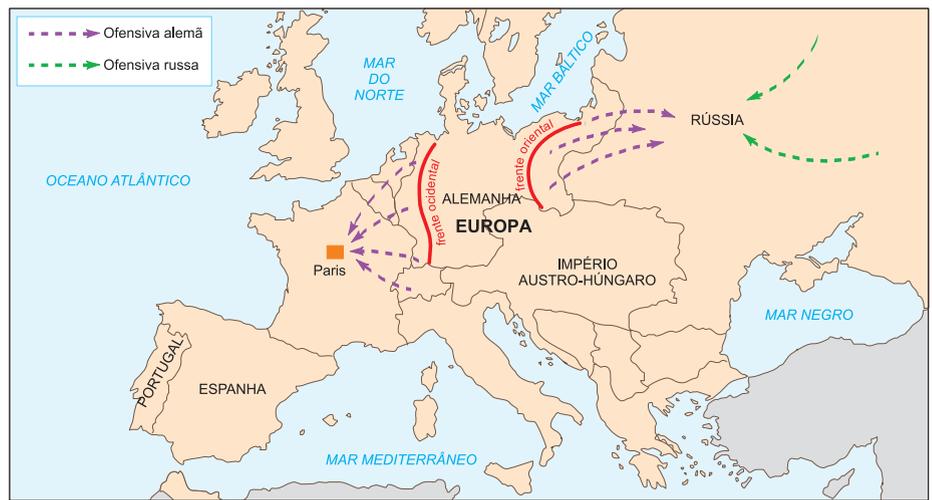
O papa Bento XV, com o auxílio dos prelados católicos nos vários países em luta, fez uma proposta de paz que foi aceita pela maioria dos beligerantes, menos pelos alemães, que se negavam a abandonar a Bélgica.

Os 14 Pontos de Wilson

Em 1918, o exército alemão não tinha mais esperanças de vencer, mas estava longe de considerar-se vencido. Permanecia organizado, bem armado e bem nutrido.

Quando os chefes alemães, Hindenburg e Ludendorff, perceberam que as reservas dos aliados eram praticamente inesgotáveis, graças a seus impérios coloniais e ao apoio norte-americano, resolveram aconselhar um armistício que preservasse o exército da derrota.

Em agosto, os chefes alemães e o imperador Guilherme II reuniram-se em Spa, no quartel-general alemão,



para discutir o problema. Contudo, os líderes militares não declararam, na oportunidade, suas convicções sobre a impossibilidade de vencerem a guerra e a possibilidade de a perderem em longo prazo.

A rendição dos búlgaros em setembro mudou completamente a situação. O fim estava mais próximo. Hindenburg e Ludendorff apressaram-se a organizar nova reunião em Spa. Para agradar aos aliados, sugeriam alterar o regime de governo na Alemanha, que passaria a ser um Império de tipo parlamentar. O novo chanceler, ligado à Família Imperial, Max de Bade, enviou uma nota ao presidente Wilson, dizendo ter a paz nas mãos e que ela poderia ser estabelecida com base nos 14 Pontos.



Um cartaz estampa um apelo à caridade em favor do “fundo para os soldados mutilados de Ludendorff” (Alemanha). O custo da guerra em vidas perdidas, terras devastadas, seres mutilados e ideais truncados foi terrível. E a paz, celebrada com tanta euforia em 1918, não tardou em descobrir seu legado de amargura, pobreza, estupor e medo.

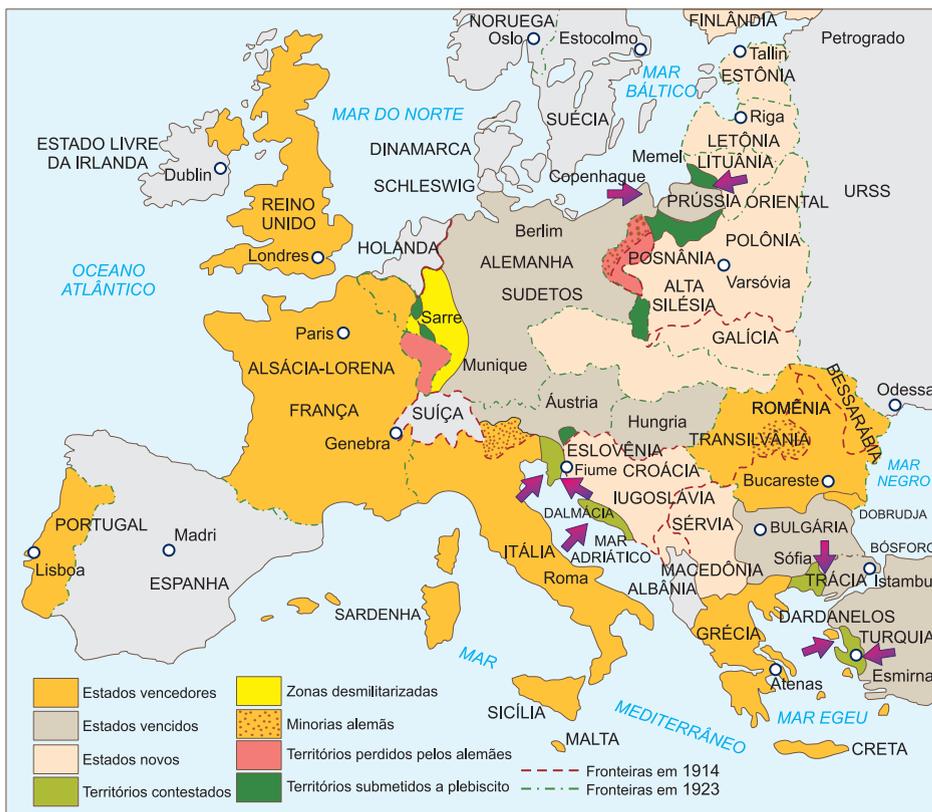
Esses 14 Pontos atendiam aos interesses alemães. Wilson era bastan-

te idealista. Ao elaborar aquele programa, Wilson, desconhecendo os problemas europeus, via-se como um mediador entre as duas partes, mais do que um vencedor. Assim, suas exigências seriam mais suaves à Alemanha do que as exigências dos aliados europeus.

O programa de Wilson para a paz proclamava o princípio de uma paz sem anexações ou indenizações. Auxiliado por uma comissão de especialistas e por um amigo pessoal, o coronel House, Wilson submeteu seu programa ao Congresso em 9 de janeiro de 1918.

Os primeiros cinco pontos eram bastante abstratos: diplomacia aberta, sem tratados secretos; liberdade dos mares; redução das barreiras aduaneiras; desarmamento; esforço para preservar os interesses das populações colonizadas. Da mesma forma, os 14 Pontos preconizavam a criação de uma Sociedade das Nações que manteria em funcionamento o concerto mundial e garantiria a paz. Era o que Wilson chamava de “diplomacia nova”, que se opunha à diplomacia tradicional dos acordos secretos, cínica, imperialista e responsável pela guerra.

Os pontos 6 ao 13 concerniam a remanejamentos territoriais e eram norteados pelo princípio da autodeterminação dos povos. A Rússia teria o direito de escolher livremente o tipo de governo que lhe aprovesse; a Bélgica recuperaria sua independência; a Alsácia-Lorena seria devolvida à



França (as fronteiras italianas seriam fixadas de acordo com a linha da nacionalidade); os povos que faziam parte da Áustria-Hungria receberiam sua liberdade; as fronteiras dos Estados balcânicos seriam revisadas; o Império Otomano não dominaria mais povos não turcos; e a Polônia seria reconstituída, com livre acesso ao mar.

❑ O Tratado de Versalhes

Na Conferência de Paz de Paris, cada participante designou uma comissão de cinco membros. Participavam 26 nações aliadas, beligerantes ou não, e quatro domínios britânicos.

A China e o Sião, tendo declarado guerra à Alemanha no fim do conflito, foram incluídos entre os aliados. Os Estados vencidos não participaram da Conferência, equivalendo dizer que não negociaram os tratados.

A Assembleia Geral da Conferência, composta por todos os representantes, era mera formalidade. As decisões foram efetivamente tomadas pelas grandes potências: no início, Estados Unidos, Inglaterra, França, Itália e Japão. O Japão logo se desinteressou pelo reduzido interesse que tinha na Europa. A Itália retirou-se

ao perceber que não seria atendida nos seus interesses territoriais. Dessa forma, somente três Estados discutiram os tratados: os Estados Unidos, representados pelo presidente Wilson, o propugnador da paz; David Lloyd George, primeiro-ministro da Inglaterra; e Georges Clemenceau, da França.

Várias comissões foram organizadas para auxiliar a Comissão Executiva. Eram órgãos de estudo (16 comissões de especialistas), que se reuniram pelo menos 100 vezes cada um. A conferência, iniciada em 18 de janeiro de 1919, prosseguiu com representantes suplentes até 1921.

O principal objetivo de Wilson era assegurar a aplicação efetiva de seus princípios e fundar a Sociedade das Nações. Para obter a aprovação de todos, foi obrigado a transigir, no que tangia às anexações territoriais. Esperava poder resolver em longo prazo esses problemas, pela atuação da própria Liga a ser criada. Na prática, porém, as decisões representaram os interesses das principais potências, contrastando o idealismo de Wilson com as exigências nacionalistas e defensivas de Clemenceau e os objetivos pouco claros e às vezes oportunistas de Lloyd George.

De 5 de maio até 28 de junho de 1919, o tratado elaborado pelos Três Grandes foi submetido à apreciação da delegação alemã, que reagiu negativamente.

Os ingleses quiseram amenizar as condições impostas, ao passo que Clemenceau propunha a imposição do tratado à força. Wilson, que ficou como árbitro, apoiou a França. Os alemães acabaram aceitando o tratado, mas como uma imposição.

Pelo tratado, assinado na Sala dos Espelhos do Palácio de Versalhes, o que bem demonstra o revanchismo francês, a Alemanha perdia 1/7 de seu território e 1/10 da população, além de todas as suas colônias.

A Alsácia e a Lorena foram restituídas à França. A Bélgica anexou dois cantões, Eupen e Malmedy. A França obteve a exploração das minas de carvão do Sarre (para compensar a exploração da Alsácia-Lorena pelos alemães) durante 15 anos, quando então a comissão da Sociedade das Nações que administrasse o território faria um plebiscito; o Sarre poderia escolher entre voltar à Alemanha, permanecer com a França ou ficar sob a administração da Liga das Nações.

Por intermédio de um plebiscito, o Schleswig do norte foi anexado à Dinamarca. O sul permaneceu com a Alemanha.

Na Prússia Oriental, o território de Posen passou para a Polônia, que adquiriu assim uma saída para o mar (Corredor Polonês). A cidade de Dantzig, alemã, passaria à cidade livre, administrada pela Liga das Nações.

A Alta Silésia, de população alemã e polonesa, foi submetida a um plebiscito, vencido pelos alemães. Os poloneses argumentaram que os alemães trouxeram vagões repletos de compatriotas de outras regiões para votar. Eclodiu um conflito. Os franceses intervieram e o território foi repartido.

A região de Memel, situada na Prússia Oriental, foi considerada autônoma. Em 1923, foi anexada pela Lituânia, com o consentimento da Liga.

A Áustria e a Alemanha ficavam proibidas de se integrarem e formar a denominada *Anschluss*. A garantia de segurança era vital para a França. Por isso, pretendia ela que a região do Reno fosse composta por vários Estados autônomos, ocupados indefinidamente por tropas aliadas. Wilson se opôs segundo o princípio das nacionalidades, sendo apoiado por Lloyd George. Mas os Estados Unidos e a Inglaterra prometeram auxiliar prontamente a França em caso de invasão pela Alemanha. Entretanto, como o Senado norte-americano não quis ratificar o Tratado de Versalhes, a Inglaterra considerou-se desobrigada, e por isso a França ficou sem garantias.

A Alemanha seria desarmada, seu exército reduzido a 100 mil homens, recrutados voluntariamente; não teria grandes vasos de guerra, nem submarinos, nem artilharia pesada, nem tanques ou aviões; não poderia fabricar material militar. Uma comissão aliada controlaria tudo isso. A frota alemã, que terminou a guerra praticamente intacta, deveria ser entregue aos aliados (foi afundada pela própria tripulação).

A margem esquerda do Reno seria desmilitarizada, e na margem direita essa desmilitarização abrangeria uma zona com 50 km de largura.

O pagamento de reparações foi imposto à Alemanha, que era considerada responsável pela guerra. O montante dos pagamentos era elevadíssimo, indo desde indenizações pela destruição material de bens nacionais e privados, até ao pagamento de pensões a aposentados, mutilados, viúvas e órfãos. O total elevava-se a 132 bilhões de marcos-ouro. O primeiro pagamento seria em 1.º de maio de 1921. Os benefícios dessa re-

paração seriam assim repartidos: França, 52%; Inglaterra, 22%; Itália, 10%; Bélgica, 8%; outros, 8%.

❑ Demais tratados

Com as potências perdedoras aliadas da Alemanha, foram estabelecidos tratados paralelos.

O Tratado de Saint-Germain, assinado em 1919 com a Áustria, estabelecia que a Hungria, a Polônia, a Tchecoslováquia e a Iugoslávia seriam independentes. As regiões do Trieste, sul do Tirol, Trentino e a Península da Ístria passariam à Itália.

A Áustria tornou-se um pequeno Estado europeu, com cerca de um terço da população concentrada na capital, Viena.

Com a Bulgária foi estabelecido o Tratado de Neuilly (1919). Por esse tratado, a Bulgária perdeu grande parte dos territórios adquiridos durante a Primeira Guerra Balcânica. Dessa forma, a região da Dobrudja foi dada à Romênia, a Macedônia Ocidental à Iugoslávia e a Trácia Ocidental à Grécia. Passava a ser um país apenas com saída para o Mar Negro.

Para regular a situação com a Hungria, foi assinado o Tratado de Trianon (1920). A região da Eslováquia passava para a recém-criada República da Tchecoslováquia. A Iugoslávia adquiriu a Croácia, e a Romênia, a Transilvânia.

O Tratado de Sèvres (1920) fixou a situação com a Turquia. Estipulava que a Armênia seria independente e que a maior parte da Turquia Europeia passaria à Grécia, assim como parte da Turquia Asiática. A Síria e o Líbano seriam controlados pelos franceses, a Mesopotâmia e a Palestina, pelos ingleses.

Uma rebelião na Turquia, liderada por Mustafa Kemal Atatürk, pôs fim ao Império Otomano e proclamou a

República, reconquistando a Armênia e a parte asiática cedida à Grécia, o que obrigou à revisão do Tratado de Sèvres em 1923, em Lausanne. Esse novo tratado permitiu à Turquia conservar todo o território reconquistado.

2. DEMAIS CONSEQUÊNCIAS

A vitória militar dos aliados permitiu-lhes ditar as condições dos tratados de paz. Os princípios de Wilson, que deveriam ser sua base teórica, não foram levados efetivamente em consideração, tanto pelo choque de interesses conflitantes dos vencedores como pelo fato de o Tratado de Versalhes não ter sido ratificado pelo Senado norte-americano, o que desprestigiou profundamente os 14 Pontos.

O princípio das nacionalidades não foi seguido. A colcha de retalhos que representa o mapa das nacionalidades após a guerra implicava problemas semelhantes àqueles de antes do conflito. A diferença era que as minorias agora eram alemãs ou húngaras. As reparações de guerra impostas à Alemanha estavam além das suas possibilidades. Sua cobrança só serviu para açular o nacionalismo germânico e justificar ainda mais suas futuras pretensões territoriais.

Considerava-se que a Grande Guerra, na qual a Europa fora engolfada durante quatro anos, deveria ser a última. Daí o idealismo que norteou a criação da Sociedade das Nações, a qual regeria as relações entre os Estados, evitando as guerras por meio de uma ação mediadora.

Além das consequências anteriormente citadas, não podemos esquecer que é a partir do final do conflito que os Estados Unidos passam a dividir com o Japão o lugar de potências mundiais.

3. CRONOLOGIA

1917 – Primeiras tentativas de paz.

1919 – Os 14 Pontos do presidente Wilson.

– Conferência de Paris.

– Imposição do Tratado de Versalhes à Alemanha.

– Tratado de Saint-Germain com a Áustria.

– Tratado de Neuilly com a Bulgária.

1920 – Tratado de Trianon com a Hungria.

– Tratado de Sèvres com a Turquia.

1923 – Tratado de Lausanne com a Turquia.

1. O SIGNIFICADO DA REVOLUÇÃO RUSSA DE 1917

A guerra de 1914-1918 não tinha ainda chegado ao seu fim quando, na Rússia, o Partido Socialista Bolchevista tomou o poder. Esse foi o acontecimento mais relevante gerado pela guerra. Tal fato, literalmente, modificou o curso da história do mundo.

A Revolução foi iniciada por partidos liberais ligados à burguesia que pretendiam transformar a Rússia num Estado liberal, nos moldes da Inglaterra ou da França. Foram, porém, surpreendidos pelo Partido Bolchevista organizado por Lenin, que transformou radicalmente a organização política do Estado, que passou a ser dirigido pelos soviets, formados por soldados e camponeses, bem como sua organização econômica com base na propriedade coletiva e na igualdade social.

Para que a Revolução vingasse, tornou-se necessário enfrentar os inimigos do novo regime numa guerra revolucionária em que houve a intervenção de alguns países ocidentais. Essa guerra ajudou a dar coesão ao novo regime. Em 1921, a Revolução tinha triunfado. Mas o país estava arruinado, sendo necessário um longo período de reorganização para que ele entrasse novamente em ritmo de desenvolvimento.

2. A CRISE DO ANTIGO REGIME NA RÚSSIA

O Antigo Regime na Rússia compunha-se de um poder político absoluto exercido pelo imperador (tsar ou czar), da antiga dinastia dos Romanov. Apoiava-se em uma organização basicamente agrária, tendo em vista que 85% da população vivia no campo. Os nobres proprietários de terra e a burguesia industrial e mercantil concentravam-se nas cidades, bem como os cossacos da Guarda Imperial, que representavam outros pontos de apoio.

O governo era autocrático. O imperador escolhia um corpo de ministros, seus auxiliares no governo. Não

havia nenhuma forma de restrição efetiva ao seu poder.

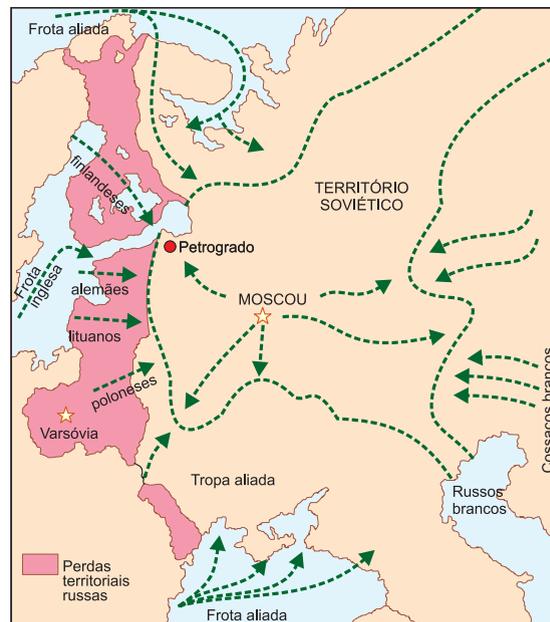
Os problemas do Império Russo começaram efetivamente com a Guerra Russo-Japonesa de 1905, motivada pelo choque de interesses na Manchúria. A derrota ante os japoneses mostrou a deficiência do Estado tsarista, tornando evidente a urgência de reformas.

Os partidos políticos mais organizados iniciaram uma série de manifestações contra o Império. Dentre eles merecem destaque o Partido Operário Social-Revolucionário Russo, fundado em 1898, e o Partido Social-Democrático Russo, de 1902. Este último apresentava duas facções surgidas nas reuniões de Londres e Genebra, de 1903: os **bolcheviques**, de tendência radical, e os **mencheviques**, moderados e conciliadores.

Os movimentos de rua foram duramente reprimidos pelos cossacos, assinalando-se o Domingo Sangrento, de 22 de janeiro de 1905. Enquanto isso, a tripulação do couraçado Potemkin amotinava-se contra seus oficiais. As greves multiplicavam-se, atingindo até mesmo a zona rural.

Esse conjunto de pressões levou o imperador a criar a Duma, espécie de Assembleia Legislativa. No fundo, era uma reação do poder imperial, que pretendia com essa concessão estancar os movimentos de rua e ganhar tempo para controlar o problema. As Dumas eleitas entre 1905 e 1912, ao todo em número de quatro, foram pressionadas, nada podendo fazer. O disfarce constitucional do Império Russo não durou muito tempo. Os efeitos da Grande Guerra, na qual a Rússia se viu envolvida, acabaram por desmascará-lo. A crise gerada pela guerra evidenciava a deficiência da estrutura imperial. Alguns dados poderão exemplificar melhor a questão: o exército precisava de 1,5 milhão de obuses e conseguiu apenas 360

A DEFESA DA REVOLUÇÃO



Intervenção estrangeira na Rússia em 1919.

mil; a balança comercial entre 1914 e 1917 apresentava um *deficit* que subira de 214 milhões de rublos em 1914 para 1,658 bilhões em 1917; em 1914, a dívida pública do Estado era de 1 bilhão de rublos, e em 1917 chegara a 10 bilhões; o meio circulante passou de 1,6 bilhão em 1914 para 9,5 bilhões em 1917. Os salários eram assim desvalorizados, por causa da inflação violenta, e as empresas com capitais nacionais iam à falência, aumentando a entrada do capital estrangeiro, o qual alcançaria 50% do capital total da Rússia em 1917 (33% era francês, 23% inglês, 20% alemão, 14% belga e 5% norte-americano).

Nessa conjuntura de crises, os descontentamentos sociais cresceram; as greves eram numerosas. Somente no ano de 1916, entraram em greve cerca de 1 170 000 operários.

3. A REVOLUÇÃO BURGUESA: FEVEREIRO DE 1917

A burguesia liberal pressionava o governo, apoiada pela esquerda moderada. Provocaram manifestações dos trabalhadores nas ruas e uma greve geral paralisou os transportes

em Petrogrado. O imperador não se preocupou muito, pois o movimento atinha-se à capital e, ademais, a guarnição militar da cidade era poderosa. Mas ele não contava com dois pontos essenciais: os soldados não se prestaram a reprimir os movimentos, com os quais eram coniventes, e os chefes socialistas puseram-se imediatamente a organizar a luta.

No dia 12 de março (27 de fevereiro pelo calendário russo, atrasado 13 dias em relação ao calendário ocidental), os soldados recusaram-se a marchar contra o povo amotinado. Sem o exército, o poder político imperial desapareceu. Dois governos foram constituídos imediatamente, o primeiro por deputados da Duma; o segundo, intitulado soviete, era um conselho de soldados, trabalhadores e camponeses. Inicialmente, a Revolução limitou-se a Petrogrado, mas em seguida difundiu-se rapidamente. O tsar abdicou e os soviets, que se organizavam para dirigir as grandes cidades, formaram, junto com a Duma, um governo provisório; a monarquia absolutista estava vencida.

O governo provisório era dirigido pelo príncipe Lvov e dominado pela burguesia. Pusera fim ao tsarismo

para organizar uma República parlamentar liberal. Era fundamental, portanto, manter a Rússia no sistema de alianças mundial, o que significava continuar a guerra contra a Alemanha. A partir de maio, o ministro da Guerra, Kerensky, preparou uma grande ofensiva contra a Áustria-Hungria, aliada da Alemanha.

O país não tinha condições para dar sequência à guerra, estava esgotado. Além disso, a burguesia não representava a massa. Era uma minoria reduzida que não tinha força suficiente para impedir a elevação dos preços, estimular a produção ou impedir as deserções dos soldados, muitos dos quais lutavam descalços.

4. A REVOLUÇÃO SOCIALISTA

A instabilidade política refletia a incapacidade do governo provisório. A cidade de Petrogrado transformou-se em núcleo revolucionário. Os bolcheviques aumentavam suas fileiras e o Congresso dos soviets, controlado por eles, exigia a retirada da Rússia da guerra. O governo provisório perseguiu os líderes bolcheviques e reprimiu violentamente as manifestações públicas; Lenin refugiou-se na Finlândia.

Em julho, os bolcheviques contavam com o considerável número de cerca de 200 mil partidários. Contavam ainda com o apoio dos marinheiros da base de Kronstadt. O fracasso da ofensiva contra a Áustria-Hungria deu oportunidade à manifestação do dia 17 de julho, em Petrogrado. Caiu o governo provisório de Lvov, que foi substituído por Kerensky.

Adversário dos bolcheviques, Kerensky não era menos socialista, só que mais moderado. Em setembro, o general Kornilov, ligado ao Antigo Regime, marchou em direção a Petrogrado. Kerensky foi obrigado a pedir ajuda, até mesmo aos bolcheviques. Kornilov foi batido, mas Kerensky mostrou sua dependência em relação aos trabalhadores e aos bolcheviques.

5. CRONOLOGIA

1898 – Partido Social-Democrata Russo.

1903 – Congresso de Londres: bolcheviques e mencheviques.

1905 – Derrota para o Japão na disputa pela Manchúria.

1914-17 – Rússia luta ao lado da Entente na Primeira Guerra Mundial.

1917 – Revolução Burguesa.

MÓDULO 23

Revolução Socialista de 1917 e o Stalinismo

1. INTRODUÇÃO

Preconizado por Karl Marx, o sistema de produção socialista só foi posto em prática no século XX, primeiramente na Rússia, depois de 1917; a seguir nos países comunistas da Europa Oriental; na China, depois de 1949; em Cuba, depois de 1959; e em outros países, perfazendo o total de 1/3 da população mundial, antes da queda do socialismo no Leste Europeu.

2. A REVOLUÇÃO RUSSA DE 1917

A Rússia constituiu durante muito tempo o exemplo único de experiência socialista. Em 1917, a situação do Império Russo era de crise absoluta, agravada pela participação na Primeira Guerra Mundial. Disso se aproveitou o partido bolchevique (maioria) para tomar o poder num golpe político dirigido

por Lenin. Esta foi a chamada Revolução de Outubro. Em fevereiro desse mesmo ano, ocorrera uma revolução burguesa que pretendia implantar um regime parlamentarista de governo na Rússia, tendo sido o governo exercido durante algum tempo por Kerensky, líder do partido socialista revolucionário. Para consolidar a Revolução dentro da Rússia, foi necessário enfrentar uma coligação internacional até 1921. Nesse período, Trotsky organizou o Exército Vermelho e propôs a ideia de uma revolução permanente que deveria ser difundida por todo o mundo, ao que se opôs Stalin, que pretendia consolidar a Revolução na Rússia em primeiro lugar.

3. OS DEZ DIAS QUE ABALARAM O MUNDO

O Governo Provisório que dominava a Rússia desde a revolução de

março de 1917 mostrava-se tão incapaz de controlar a economia ou de melhorar a situação militar quanto o governo tsarista. Pressionado pelo soviete de Petrogrado durante seus oito meses de existência, enfraqueceu-se ainda mais devido à revolta do General Kornilov, em setembro. A coalisão socialista, sob o comando de Kerensky, não deu ao povo a paz que almejava, nem as reformas econômica e agrária que os bolcheviques ofereciam.

Em maio, durante a conferência partidária, Lenin havia conseguido aprovar suas “teses de abril”, propondo a paz, a não cooperação com o Governo Provisório e a transferência de poder desta entidade burguesa para os soviets, tão logo estes fossem dominados pelos bolcheviques proletários. Estes soviets (conselhos) de representantes de trabalhadores e de soldados haviam surgido

em todo o país após a Revolução de Fevereiro (existiram alguns, de curta duração, em 1905). Seus membros eram eleitos nas fábricas e nas casernas e alguns foram constituídos na zona rural. Eram mais populares do que o Governo Provisório.

Em setembro, os bolcheviques haviam-se assegurado da maioria nos soviets de Petrogrado e de Moscou, embora os mencheviques e os revolucionários socialistas ainda dominassem o Comitê Executivo Central do Congresso dos Sovietes de toda a Rússia, que se reuniu pela primeira vez em junho, elegendo seu corpo diretivo. Lenin achava que as condições eram, então, propícias à revolução socialista. “Todo poder aos soviets” tornou-se a palavra de ordem.

No dia 23 de outubro, numa reunião do Comitê Central do Partido Bolchevista, tomou-se a decisão de preparar uma insurreição armada. Para pôr em prática tal decisão, foi formado um departamento político (Politburo). Dois dias mais tarde, o soviete de Petrogrado constituiu um Comitê Militar Revolucionário, sob a presidência de Trotsky. Foi este organismo e não o Politburo do partido que preparou e executou o golpe subsequente. A 3 de outubro, as tropas da guarnição de Petrogrado reconheceram no soviete de Petrogrado único poder e, no dia 5, a Fortaleza de Pedro e Paulo, onde havia um arsenal de 100 000 fuzis, passou para o lado do soviete. Na noite de 6 para 7 de setembro, o Comitê Militar Revolucionário, sediado no Instituto Smolny, deu a senha para o início da ação.

(John Reed)

❑ A organização econômica do Novo Regime

Assim que os comunistas tomaram o poder na Rússia, implantaram o governo do povo, a ditadura do proletariado, que se fazia representar pelos soviets. Decretou-se a comunização total: os bens de produção foram estatizados, as indústrias com mais de cinco empregados e as terras foram coletivizadas, a moeda foi extinta, criando-se um bônus correspondente às horas de trabalho e que poderia ser trocado por alimentos e serviços.

As dificuldades foram a oposição interna (camadas descontentes) e a pressão externa. Por isso foi adotada

a NEP (Nova Política Econômica), a partir de 1921. As pequenas indústrias voltaram à situação anterior; a venda dos produtos agrícolas foi devolvida aos camponeses; e a moeda voltou a circular. Lenin pretendia dar um passo atrás para poder “dar dois passos à frente”. A produção agrícola recuperou-se rapidamente, bem como a produção industrial. Porém, os *kulaks*, camponeses abastados, enriqueciam com a alta de preços.

❑ A sucessão a Lenin

Em 1924, morria o grande líder da Revolução Russa, Lenin, que deixara em aberto o processo de sucessão.

Eram dois os candidatos: Stalin, que defendia a tese do socialismo em um só país, e Trotsky, que defendia a expansão imediata da revolução socialista. Apesar de Trotsky ser ortodoxo – seguidor fiel das teses marxistas –, suas propostas foram rejeitadas pelo Congresso do PCUS, que entregou a chefia do governo a Stalin, iniciando o período da era stalinista.

4. STALINISMO

O termo stalinismo define o período em que a URSS foi governada por Josef Vissarionovitch Djugatchvili, ou simplesmente Josef Stalin (que significa “de aço”), entre 1924 e 1953.

A ascensão de Stalin significou uma mudança radical no processo de implantação do socialismo, tal como era concebido pela Revolução Bolchevique.

Em termos políticos, a ascensão de Stalin significou a implantação de um Estado extremamente burocratizado e autoritário, controlado por uma elite militar, que tomava as decisões independentemente da população ou de seus organismos de representação.

Em 1927, foi anunciado o primeiro plano quinquenal, cuja finalidade era o desenvolvimento da indústria pesada. Seguiram-se outros planos quinquenais, que desenvolveram a produção industrial e agrícola.

A grande dificuldade estava na agricultura, em relação à qual o governo abandonou a ideia de coletivização total e criou as granjas coletivas (*kolkhozes*) e as fazendas estatais (*sovkhozes*). Existia um mercado paralelo em que os camponeses po-

diam vender os excedentes da produção, a qual deveria ser fornecida ao Estado a preços de custo.

A produção econômica global era planejada e dirigida por um órgão central, o Gosplan. Um banco central, o Gosbank, acumulava os capitais em nome do Estado, cerca de 25% do produto global, e os distribuía para os bancos industriais, comerciais e agrícolas.

Os bens de produção foram incrementados em detrimento dos bens de consumo. O comércio era realizado em grandes lojas do Estado e a variedade dos produtos era muito reduzida, pois a padronização diminuía os custos.

O avanço da economia soviética em relação aos países capitalistas foi muito grande no setor industrial, mas permaneceu atrasado no setor agrícola.

A ideia de uma sociedade comunista preconizada por Marx esteve bem longe de realizar-se na Rússia, onde foi necessário distinguir com salário os trabalhadores mais eficientes, e ao mesmo tempo realizar a conversão da produção industrial para bens de consumo. Existia uma elite intelectual, os grandes cientistas e a cúpula dirigente do partido, que preservava alguns privilégios em relação aos demais membros da população.

Os países socialistas são monopartidários, isto é, só o Partido Comunista é legalizado e a única forma de participação política é pertencer ao partido. A unidade básica de poder é o soviete de camponeses, operários e soldados, de onde saem os representantes para eleger os membros do governo.

Abolindo os cultos e as religiões tradicionais, violentamente perseguidos nos países socialistas, acabou-se por criar uma nova forma de religião, a religião do Estado.

5. CRONOLOGIA

Fev. de 1917 – A Revolução Burguesa depõe o czar Nicolau II.

Out. de 1917 – Revolução Bolchevista.

1918-1921 – Guerra Civil.

1921 – A implantação da NEP (Nova Política Econômica).

1924 – Morte de Lenin, substituído por Stalin.

1928 – Início dos Planos Quinquenais.

1953 – Morte de Stalin.



1. CONCEITO DE TOTALITARISMO

Estado totalitário é aquele forte, total, no qual todas as atividades econômicas, sociais, políticas, religiosas e culturais encontram-se sob a direção de um partido ou de um chefe. Nele, o poder central tem autoridade praticamente absoluta. Este tipo de Estado difundiu-se na Europa no período entreguerras. Se bem que a Primeira Grande Guerra tenha sido vencida pelas democracias (França, Reino Unido, Itália; e Estados Unidos), esta forma de governo tinha existência precária em vários países europeus depois de 1918.

Os governos democráticos da Europa eram golpeados tanto pela direita como pela esquerda. De um lado havia os partidos comunistas, e do outro, os partidos nacionalistas anticomunistas, geralmente denominados fascistas. Mussolini tomou o poder na Itália apoiado no Partido Fascista, em 1922. E, de certa forma, o fascismo revelou-se uma forma e ação contrarrevolucionária, isto é, contra os progressos do comunismo, que pretendia substituir o sistema capitalista mundial pelo socialismo.

O exemplo italiano foi prontamente seguido por vários países do mundo, principalmente na Europa Central, que se caracterizava pela ausência de tradição democrática e estava conturbada por crises econômicas e sociais.

Depois da Itália, o exemplo mais significativo de totalitarismo de direita foi a Alemanha, onde, em 1933, Adolf Hitler implantou o governo do Partido Nacional Socialista (nazista).

2. O FASCISMO ITALIANO

O nacionalismo italiano foi extraordinariamente exacerbado após a Primeira Guerra Mundial, porque a Itália não conseguira obter nos tratados pós-guerra algumas áreas em que estava interessada (caso da Dalmácia,

que foi atribuída à Iugoslávia, e de algumas colônias alemãs na África). As perdas italianas na guerra haviam sido enormes, com 650 mil mortos e a região da Veneza devastada. As recompensas territoriais por todo esse esforço foram ínfimas. A frustração provocou a exaltação nacionalista e um desejo ainda maior de conquistas territoriais entre os italianos.

Também a situação econômica geral depois da guerra era caótica. Os problemas da Itália, tais como superpovoamento e atraso, foram ainda aumentados pela herança da guerra. Os esforços militares e industriais durante a luta haviam sido financiados pela emissão monetária (inflação) e empréstimos exteriores. A dívida externa da Itália era enorme e a lira (moeda italiana) estava profundamente depreciada.

Mesmo as indústrias mais sólidas foram abaladas pela crise. O desemprego ressurgiu, agravado pelo declínio da emigração, que fora refreada durante a guerra.

A crise social logo adquiriu um aspecto revolucionário. O número de greves cresceu assustadoramente após 1919, com revoltas e pilhagens de lojas pela massa esfaimada. Por volta de 1920, mais de 600 mil metalúrgicos piemonteses e lombardos apossaram-se de várias fábricas e tentaram dirigi-las, falhando por falta de crédito bancário. No campo, as revoltas dos camponeses alastravam-se. Na Sicília e na planície do Pó, eles ocuparam terras devolutas, como autorizava uma lei de 1919, mas reivindicavam também a divisão das grandes propriedades (reforma agrária).

O poder político sentia-se incapaz de debelar a crise. A burguesia sentia-se ameaçada pela revolta social e pelo crescimento do movimento comunista. Decidiu por isso apoiar-se num grupo político reduzido, mas bem organizado e disposto a acabar, pela força, com a ameaça revolucionária: os fascistas.

❑ Mussolini e o Partido Fascista

Benito Mussolini nasceu na região da Romagna, em 1883, de uma família pobre, crescendo num meio anarquista pelas próprias condições. Ingressou no Partido Socialista, refugiando-se em seguida na Suíça, para fugir ao serviço militar. Foi preso em várias cidades suíças por motivo de propaganda subversiva. Voltou à Itália como redator do jornal *Avanti!*, de tendência pacifista. Em 1914, mudou bruscamente de opinião e, graças aos subsídios da embaixada da França, fundou o jornal *Popolo d'Italia*, que pedia a intervenção da Itália a favor dos aliados na Guerra Mundial.

Mussolini participou da guerra e foi gravemente ferido. Voltou a dirigir seu jornal em 1919. Exigia o atendimento às exigências dos antigos combatentes, que não tinham onde trabalhar. Propunha igualmente reformas sociais e, contra a degradação manifesta do Estado, pregava um regime forte.

Em Milão foi organizado o primeiro reduto do futuro Partido Fascista italiano. Seus componentes eram das mais variadas tendências políticas: anarquistas, sindicalistas, nacionalistas e, sobretudo, antigos combatentes mal adaptados à vida civil. Concorreram às eleições em 1919 e foram derrotados, não obtendo nenhuma cadeira no Parlamento, enquanto o partido majoritário, constitucionalista, obteve a esmagadora maioria dos votos.

O fracasso mostrou a Mussolini as deficiências de seu partido. Pôs-se, então, a reorganizá-lo em moldes paramilitares. Dividiam-se em milícias e seus membros (esquadristas) usavam camisas negras, símbolo do luto da Itália. A forma definitiva do Partido Fascista surgiu em novembro de 1921, com a organização de um comitê central e um conselho nacional. Os membros do partido juravam estar dispostos a derramar seu sangue pela revolução fascista.



Grupo de camisas-negras, liderados por Mussolini.

Mussolini estava então preparado para chegar ao poder. Hábil orador, oportunista, conseguia levar a massa ao delírio com seus discursos simples, mas conturbadores.

3. A TOMADA DO PODER

O Partido Fascista italiano não tinha uma doutrina muito firme. Era, na maior parte das vezes, contraditório nas suas pregações. Inicialmente, os fascistas eram republicanos, mas depois tornaram-se realistas (monarquistas, para atrair os oficiais do exército). Eram contra o socialismo e o comunismo, mas pronunciaram-se pela jornada de oito horas de trabalho, a reforma da Constituição, o fortalecimento do Poder Executivo, mas sobretudo pela glória da Itália. Em nome do nacionalismo, exaltavam a violência, a guerra, as conquistas, o militarismo. Não cessavam de atacar as democracias ocidentais tradicionais, o parlamentarismo, a Liga das Nações e as ideias pacifistas do presidente Wilson.

Os fascistas aproveitaram-se da anarquia reinante na Itália para se impor. Procuravam atacar socialistas e comunistas, para mostrar sua força na defesa da ordem social, assim como a incapacidade do governo liberal parlamentarista.

Em 1920, organizaram “expedições punitivas” contra as instalações das organizações de esquerda, ou mesmo contra organismos sindicais. Destruíram tudo, matavam os líderes ou lhes ministravam grandes doses de óleo de rícino. A violência começou na planície do Pó e estendeu-se por toda a Itália.

Como a crise da Itália se agravava, pois os partidos de esquerda reagiram às violências, os proprietários rurais, grandes comerciantes e industriais deram auxílio ao Partido Fascista. Isto permitiu ao partido criar seu próprio sindicato, que recrutava mão de obra desempregada para atuar como fura-greves. O partido cresceu rapidamente: passou de 20 mil, em 1919, para 300 mil membros, em 1921.

Em julho de 1922, a violência fascista conseguiu evitar uma greve geral decretada pelos partidos de esquerda. Foi então preparado um golpe de força que deveria ser apoiado militarmente por uma marcha sobre Roma. Em 26 de outubro, Mussolini dirigiu-se ao rei Vítor Manuel III, exigindo o poder. O soberano encarregou-o, então, de organizar um ministério, no qual foram colocados vários membros simpatizantes do fascismo. No dia seguinte, os camisas-negras desfilaram pelas ruas de Roma sem encontrar nenhuma resistência.

O governo manteve as aparências de uma monarquia parlamentarista. Continuavam a existir a Câmara dos Deputados e o Senado. Dos 14 ministros, somente quatro eram fascistas autênticos, mas Mussolini detinha grandes poderes, e esperava fortalecê-los ainda mais nas eleições de 1924, quando os fascistas obtiveram 3/4 dos votos da nação e a maioria das cadeiras no Parlamento. Os métodos usados para chegar a este resultado foram os mais violentos, mesmo assim, não conseguiram evitar que os principais chefes da oposição fossem reeleitos.

Na abertura da primeira sessão parlamentar, o líder socialista Matteotti pronunciou um discurso contra os métodos fascistas e as fraudes eleitorais ocorridas nas eleições de 1924. Dias depois, foi assassinado.

Em 3 de janeiro de 1925, Mussolini anunciou o estabelecimento de um regime totalitário de governo, no qual a oposição foi eliminada; a Constituição foi reformada; o primeiro-ministro era o único responsável perante o rei e detinha totais poderes legislativos; desapareceram o Senado e a Câmara dos Deputados.

Por uma lei de 1928, os sindicatos fascistas, compostos por patrões e empregados, designavam 800 candidatos, dos quais o Grande Conselho Fascista escolhia 400. Como só havia lugares para deputados na nova Câmara das Corporações, os eleitores somente poderiam dizer sim ou não. Era o estabelecimento da lista única de candidatos, e do partido único também.

Assim, Mussolini, chefe do Partido Fascista, tornou-se ditador absoluto da Itália (*Duce*).



Mussolini era aclamado com sucessivos brados de “Duce! Duce! Duce!”.

4. FALA O DUCE

“Quero deixar uma marca em minha era, como a que o leão deixa com suas garras.

Vocês pensam que estão assinando minha sentença de morte, mas estão enganados. Hoje vocês me odeiam porque no coração de seus corações vocês ainda me amam (...). Mas vocês ainda não viram o que eu guardei para o fim. Doze anos de minha vida no partido são uma garantia de minha fé no socialismo.”

(Milão, 25 de novembro de 1914, quando de sua expulsão do Partido Socialista.)

“O fascismo é um movimento da realidade, da verdade da vida – dedicado à vida. É pragmático. Não tem apriorismos. Nenhum fim remoto. Não promete o tradicional paraíso do idealismo. Não pretende viver para sempre, nem mesmo por muito tempo.”

(Julho, 1919.)

“Há algo de romano e muito mais de guerreiro do que de militarista em todas as nossas atitudes. Nem nos falta pompa e um lado pitoresco, o que é muito importante. Eu não entendo uma política triste e sombria.”

(Maio, 1921.)

“(…) O fascismo italiano representa (…) uma reação contra os democratas que tornariam tudo medíocre e uniforme e tentariam sufocar e tornar transitória a autoridade do Estado (...). A democracia tirou a ‘elegância’ da vida das pessoas, mas o fascismo a traz de volta: isto é, traz de volta a cor, a força, o pitoresco, o inesperado, o misticismo, e, enfim, tudo o que falta às almas da multidão.”

(Milão, 6 de outubro de 1922.)

“Eu poderia ter transformado esta sala num campo armado de camisas-negras, um acampamento para cadáveres. Eu poderia ter costurado as portas do Parlamento.”

(Discurso na Câmara dos Deputados, 16 de novembro de 1922.)

“Meus ancestrais foram camponeses que araram a terra, e meu pai foi um ferreiro que malhava o ferro em brasa na bigorna. Ainda criança ajudei meu pai nesse trabalho duro e humilde, e agora tenho a tarefa mais difícil, de moldar almas.”

(Milão, 6 de dezembro de 1922.)

“Minha ambição, nobres senadores, é apenas uma. Por ela, pouco me importa se eu tenho que trabalhar 14 ou 16 horas por dia. E eu não me importaria se perdesse a vida, nem consideraria isso um sacrifício excessivo. É esta minha ambição: quero fazer o povo italiano forte, próspero, grande e livre.”

(Discurso ao Senado em 8 de junho de 1923.)

❑ **Slogans fascistas**

Acredita! Obedece! Luta!

Quem tem aço, tem pão!

Nada jamais foi ganho na História sem derramamento de sangue!

É melhor um dia de leão do que cem anos de carneiro!

A guerra é para o homem, enquanto a maternidade é para a mulher!

Um minuto no campo de batalha vale por uma vida inteira de paz!

5. AS REALIZAÇÕES DO FASCISMO NA ITÁLIA

Desde a unificação italiana (1870), as relações entre a Igreja e o Estado estavam estremecidas. Em 1929, Mussolini conseguiu fazer uma concordata, o Tratado de Latrão, que resolveu o problema: o papado teria uma compensação financeira pela perda dos seus territórios, mas conservaria como Estado independente sua sede do Vaticano e as dependências de Latrão e Castelgandolfo; o casamento civil seria equiparado ao religioso; e o ensino da religião católica seria obrigatório em todas as escolas da Itália.

Para Mussolini, foi uma extraordinária jogada política, pois atraiu os católicos para o seu partido. Não obstante, continuou a manter estreita vigilância sobre as publicações da Igreja.

O Estado foi organizado corporativamente: todos os profissionais de mesmo mister estavam reunidos numa corporação, a qual agrupava patrões e empregados. Greves eram proibidas e todos os problemas trabalhistas eram submetidos à arbitragem do Estado. Dessa forma, as corporações tendiam a constituir um fator de cooperação entre as classes, e não de conflito entre elas.

A estrutura da economia italiana não se modificou. Somente na fachada houve mudanças, pois todas as categorias profissionais passaram a ser representadas em uma Câmara das Corporações.

Outra grande preocupação do Estado fascista foi a política demográfica. Como a expansão italiana deveria

ser assegurada por uma população forte, o governo estabeleceu vantagens para as famílias numerosas, mas a reação demográfica foi reduzida: a natalidade cresceu pouco, declinando apenas os índices de mortalidade e a taxa de emigração.

Para resolver a questão do crescimento populacional, que aumentara e agravou o problema econômico, foram iniciadas grandes obras públicas: autoestradas, aquedutos e edifícios habitacionais. A indústria foi dinamizada nos setores hidroelétricos, da construção naval, aeronáutica, automobilística, etc.

No setor agrícola, a chamada batalha do trigo fez passar a produção de 46 a 65 milhões de quintais, permitindo à Itália dispensar as importações do produto.

Dessa forma, o governo fascista de Mussolini procurou conduzir a Itália pelo caminho do desenvolvimento econômico. Contudo, apesar de aumentados pela propaganda, os resultados dos primeiros anos pareciam bastante modestos, se comparados com o programa apresentado inicialmente.

6. CRONOLOGIA

1914 – Fundação do jornal *Popolo d'Italia*.

1919 – Ocupação de terras na Sicília.

1920 – Ocupação de fábricas no norte da Itália.

1920 – Expedições punitivas contra os comunistas.

1922 – Marcha sobre Roma.

1924 – Assassínio do líder socialista Matteotti.